

NEUZITA DE PAULA SOARES

**O RESPEITO COMO CONDIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA
DEMOCRÁTICA DE ESCOLA E DE SOCIEDADE**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do título de especialista no Curso
de Pós-Graduação em Organização do
Trabalho Pedagógico da Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Andréa Gouveia

CURITIBA

2005

Aos meus pais, que embora tenham sido excluídos cedo da escola, jamais permitiram que seus filhos o fossem. Mantiveram com a escola uma relação respeitosa e exigiram dela que cumprisse seu papel.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO	II
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	5
2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS DIREITOS FUNDAMENTAL	5
CAPÍTULO II.....	11
2.1. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	11
2.2 . UMA CONTRIBUIÇÃO AO CONTEXTO GERAL DA PESQUISA	20
2.2.1. VIOLÊNCIA EXTRA-ESCOLAR	20
2.2.2. FICHAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA – UM PANORAMA DA VIOLÊNCIA EXTRA-ESCOLAR ENFRENTADA PELOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE PIRAQUARA	22
2.2.3. A VISAÕ DA COMUNIDADE - OUVIDORIA PÚBLICA	28
2.2.4. A VISÃO DOS ALUNOS E PROFESSORES	37
CAPÍTULO III.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
ANEXOS.....	50

RESUMO

O estudo traz uma reflexão sobre as relações estabelecidas entre os agentes educativos da escola. Os instrumentos de pesquisa utilizados são as denúncias feitas a Ouvidoria Pública da Secretaria de Educação de Piraquara, além de questionários aplicados a alunos de 1ª a 4ª série. A reflexão baseia-se em preceitos legais e sociológicos sobre a questão do direito de ser respeitado como condição para a construção de uma cultura democrática que considere a dignidade humana como condição *sine qua non* para a efetivação de uma proposta educativa que vise a transformação social.

Palavras-chave: educação; respeito; violência; ética.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho destina-se a refletir sobre o direito do aluno de ser respeitado, conforme previsto no Estatuto da Criança e Adolescente, lei nº. 8.069, a partir da análise das relações estabelecidas no dia-a-dia da escola. Nesse cotidiano podem ocorrer inúmeras situações, em que a instituição, por meio de atitudes corriqueiras, que, a priori, parecem não ter maiores conseqüências, violam direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Abramovay (2002) adverte que ao analisar as escolas, não basta focalizar atos criminosos extremos, como vandalismos, roubos, brigas entre alunos, desrespeito a professores, depredações, extorsão, mas também as violências simbólicas, verbais, morais, psicológicas dos funcionários. O fato é que atos observados nas práticas escolares, os quais podem ser classificados como Violência Psicológica, vem sendo praticados em nosso País, desde o tempo do Brasil colonial. No entanto, nem sempre somos capazes de identificar essas práticas como violência, muito menos as crianças e adolescentes que as sofrem, pois, ideologicamente são justificadas em nome da "boa educação". A dimensão principal da pesquisa será a reflexão sobre práticas estabelecidas no interior da escola e as conseqüências destas para a formação da autonomia e da auto-estima das crianças.

Existem práticas autoritárias que ainda permanecem com muita força, como por exemplo: alunos sem recreio, expulsos da sala de aula, cadernos riscados e folhas dos cadernos dos alunos arrancadas pelo professor. Sem contar a exposição de muitos aos mais diversos constrangimentos e humilhações. Essa violação de direito é muito difícil de ser detectada, pois normalmente permanece velada e dificilmente ultrapassa as paredes da sala de aula, ou os muros da escola.

Esse tipo de violência é invisível, muitas vezes silenciosa, verbal ou simbólica na expressão corporal/gestual dos seus agentes e, na escola, geralmente ocorre no interior da sala de aula, porém seus danos são incomensuráveis.

Certamente, remeter a educação ao plano exclusivo das relações interpessoais é uma concepção ao mesmo tempo ingênua e reducionista. No entanto, não podem os atores da escola, como pessoas que estão na função de educadores, eximirem-se das implicações de suas atitudes no processo ensino-

aprendizagem, nas relações humanas e na intervenção direta sobre a formação das crianças e adolescentes.

Violência escolar é uma das modalidades da violência institucional que Tomkiewicz (1997) define como “toda e qualquer ação cometida dentro de uma instituição, ou toda ausência de ação que cause a criança um sofrimento físico ou psicológico inútil e/ou bloqueie seu desenvolvimento posterior”(p.306). Esta definição, segundo o autor, engloba todo o tipo de instituição: o meio familiar, as delegacias de polícia, os centros destinados a proteger e recuperar crianças, hospitais e escolas ou qualquer tipo de instituição educativa. Violência, por sua vez, foi muito bem caracterizada, por CHAUI (2001) a qual entende por violência uma realização determinada de força tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais.

A partir desta perspectiva, em vez de tomarmos o conceito de violência como uma violação e transgressão de normas, regras e leis, vamos considerá-la sob dois ângulos. O primeiro, como uma conversão de uma diferença e de uma assimetria, numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. O segundo, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma “coisa”. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

ADORNO ao discutir a questão da violência, também enfatiza sua presença nas relações cotidianas:

Ao mesmo tempo em que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais (...) está presente nas relações intersubjetivas, àquelas que se verificam, entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre profissionais de categorias distintas. Seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objetos, sua coisificação. (...) A violência é simultaneamente negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade, a vida. (ADORNO, 1988, p.3)

Em síntese, a partir destes autores pode-se definir a violência no contexto escolar como o exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer algo contrário a seus desejos, causando-lhe danos. Do ponto de vista ético, o ser humano é sujeito e não pode ser tratado como “coisa”.

A problematização da questão da violência psicológica no contexto escolar, neste trabalho, será realizada a partir de uma experiência, no município de Piraquara, de dar publicidade ao problema da violência contra a criança via criação de uma ouvidoria.

Os instrumentos utilizados neste trabalho procuraram caracterizar a questão da violência no contexto extra-escolar geral, para o que foi utilizada a análise das Fichas de Notificação Obrigatória (FNO) (Anexo1), preenchidas pelas escolas e encaminhadas ao Conselho Tutelar; assim como foram analisados os registros de ouvidoria da Secretaria Municipal de Educação (Anexo2). Além disso, como estudo de caso no contexto escolar, definiu-se uma amostra intencional, composta por duas escolas da rede pública de ensino, onde foram feitas entrevistas com alunos (Anexo 3) e professores (Anexo 4).

O critério de escolha das duas instituições pesquisadas está relacionado ao preenchimento das fichas de notificação obrigatória, feitas ao Conselho Tutelar do Município, denunciando situações de violação de direitos.

Uma das instituições foi a que efetuou o maior número de denúncias efetivadas através das FNO, ao contrário da segunda escolhida que não efetuou nenhuma notificação. Tal critério não está relacionado com a simples questão numérica, até porque não se pode concluir, por este dado quantitativo, que a instituição que mais denunciou configura-se como a mais preocupada ou responsável que a outra, pois existem muitos fatores que interferem nesta questão, principalmente a concepção de gestão escolar construída por elas, individualmente.

Embora todos os direitos assegurados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e Adolescente sejam absolutamente importantes, nossa ênfase será na análise da violação do direito do aluno de ser respeitado. Os demais aspectos preconizados pela legislação, farão parte do contexto geral da pesquisa, pois têm sido analisados em outros estudos. Entretanto, a chamada "violência psicológica", mesmo sendo tomada irrefletidamente como parte do cotidiano e trazer danos irreparáveis à formação humana tem sido pouco analisada.

Quando se discute o Direito à Educação Escolar, normalmente, a análise ocorre no âmbito das políticas públicas, porém é no interior da escola que estas políticas se efetivam e, muitas vezes, é no próprio processo educacional que ocorrem as mais profundas formas de exclusão.

A violação ao direito de ser respeitado constitui uma forma de violência admitida, não raro, no cotidiano da escola e geradora de outros modos de agressão. A escola deveria contribuir para a humanização da criança enquanto ser em desenvolvimento e, ao contrário, por vezes reforça a cultura da violência que permeia nosso cotidiano e, nestes últimos tempos com mais força . Nas conquistas e desafios da Declaração Universal de Direitos Humanos, incluem-se o exercício *da e na cidadania*, a ética, os valores morais; estes sem dúvida, devem ser vivenciados na escola, culminando com o (re)significado da infância no século XXI, a partir da legitimação dos direitos da criança e do adolescente, garantidos pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL.Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

CAPÍTULO I

2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Antes de discutirmos diretamente a questão do direito à educação, nos reportaremos a BOBBIO para tratarmos genericamente dos direitos sociais, principalmente porque não é foco deste trabalho a conceituação dos direitos fundamentais do homem, mas sim de buscar mecanismos para torná-los exeqüíveis, principalmente o direito a educação, o qual depende da ação direta do Estado.

“O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político” (BOBBIO, 1996 p.24), e acrescenta, “Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados” (p.25).

Os direitos sociais nascem das necessidades históricas e estão em contínua ampliação.

Não existe atualmente nenhuma carta de direitos, para darmos um exemplo mais convincente, que não reconheça o direito a instrução – crescente, de resto, de sociedade para sociedade... Não me consta que, nas conhecidas descrições do estado de natureza, esse direito fosse mencionado. (BOBBIO 1996, p.24)

No caso brasileiro, a constituição de 1988 definiu a educação como um direito público subjetivo. Segundo Duarte (2004), configura-se como um direito público subjetivo da atuação do poder estatal, pois permite ao seu titular constranger judicialmente o Estado a executar o que deve. De fato, a partir do desenvolvimento desse conceito, passou-se a reconhecer situações jurídicas em que o Poder Público tem o dever de dar, fazer ou não fazer algo em benefício de um particular. Na legislação brasileira, pelos dispostos dos artigos 205 e 206 da Constituição Federal:

Art. 205 – a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

*Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios :
I – Igualdade de condições de acesso e permanência na escola:*

....

IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII- Garantia de padrão de qualidade.

É dever do Estado, assegurar “ensino fundamental, obrigatório e gratuito”, sendo que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito subjetivo, e o não oferecimento ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

A respeito do assunto, CURY (1992) disserta:

“O inciso fala da igualdade não apenas de acesso, mas também de permanência na escola. O direito a permanência é hoje o grande ponto de fracasso escolar em nosso país. As crianças chegam, mas não ficam. Isto é, são vítimas dos fatores intra-escolares de segregação pedagógica dos mais pobres e dos menos dotados.”

O Direito à Educação da criança e do adolescente impõe ao sistema educacional, considerado no seu todo ou em relação a qualquer uma de suas instituições de ensino em particular, a eliminação de todas as formas de discriminação para a matrícula ou para a permanência na escola.

A permanência na escola constitui-se no maior desafio da educação escolar brasileira, porque os indicativos¹ estatísticos ainda ilustram, de forma constrangedora, elevados índices de evasão e repetência, segundo dados Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP¹ (2000), em Piraquara, esses dados chegam a 27,8 na primeira fase do Ensino Fundamental.

Não se pretende analisar as múltiplas causas e as conseqüências da reprovação, mas enfatizar, no entanto, que a falta da criança ou do adolescente nas aulas ou o gradativo abandono da escola, assim como a repetência do ano escolar, como questões de foro interno da instituição de ensino, diretamente ligadas a questões de indisciplina e exclusão do processo de apropriação do conhecimento, através de práticas autoritárias e discriminatórias.

A legislação cerca a escola com uma rede de atores e de providências, concebidos para auxiliá-la no cumprimento de sua função. Nesse particular, o Direito

¹ Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – ano de 2000. Note-se que a Secretaria Municipal de Educação não possuía um acompanhamento sistemático em relação a índices de reprovação de suas escolas .

à Educação não é mais tão-só o direito a vaga, mas é o direito ao ingresso, a permanência e ao sucesso.

Percebe-se que a responsabilidade pelo desenvolvimento do processo educativo pertence ao educador, papel no qual é insubstituível. A obrigação, no entanto, de velar pelo para que se assegure o direito à educação, de forma integral, envolve um conjunto de ações, para cujo desenvolvimento exige-se a participação dos pais, do professor, da direção da escola e também dos titulares das atribuições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de dificuldade, como proposto pelo sistema de proteção especial, com suas medidas e programas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apreciando os instrumentos legais referentes à educação, contidos na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, verificar-se-á uma significativa mudança dos princípios que nortearam e historicamente contribuíram para a discriminação e a exclusão dos alunos.

Como afirma BOBBIO (2000), os direitos do homem constituem uma classe variável, como a história destes últimos séculos demonstra suficientemente. O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas.

Após aprovação da Constituição e das leis complementares, o panorama jurídico alterou-se significativamente, em especial no que se refere à educação infantil e o ensino fundamental da criança e do adolescente. De todos os direitos sociais constitucionalmente assegurados, nenhum mereceu, explicitamente, o cuidado, a clareza e a contundência do que a regulamentação do Direito a Educação. Afirmado como um dos mais importantes direitos sociais, fez-se compreender a Educação como valor de cidadania e de dignidade da pessoa humana, itens essenciais ao Estado Democrático de Direito e condição para a realização dos ideais de construir uma sociedade livre, justa e solidária, nacionalmente, com o fim da pobreza, da marginalização e das desigualdades sociais e regional e livre de quaisquer formas de discriminação.

A realidade educacional brasileira, infelizmente ainda carregada de insuficiências, apesar de avanços históricos, muitos destes conquistados por meio de lutas dos educadores para superá-los e dos avanços formais da legislação, merece, com urgência, a organização de ações efetivas no sentido de garantir os direitos da criança e do adolescente, condição essencial para dar razão de ser e de efetividade ao que se anuncia como sendo, hoje, no Brasil, o DIREITO à EDUCAÇÃO.

Além da Constituição Federal e das respectivas constituições estaduais e municipais (leis orgânicas dos Municípios), entre outras, importa, ao estudo da exigibilidade do Direito à Educação, o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº8. 069/90), e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal nº 9.394/96) , leis responsáveis pelo detalhamento do conteúdo material do direito à educação escolar.

Segundo preceitua o artigo 1º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Na segunda metade da década de 1980, a conjuntura interna do país com o processo de reabertura política, mais do que todas as Declarações e Convenções internacionais sinalizaram-se as condições propícias a adoção da Doutrina da Proteção Integral, que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O grande movimento pela democratização do país colocou em pauta a discussão sobre os direitos humanos, um veemente repúdio aos preceitos jurídicos e administrativos contra o modelo de sociedade postulado pelo Regime Militar.

Diferentemente do Código anterior, o Estatuto da Criança e do Adolescente, normatizou a atuação do Poder Judiciário na defesa destes direitos, atribuiu ao Ministério Público e aos Conselhos Tutelares a promoção e a fiscalização dos mesmos direitos. Concedeu aos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais a atribuição de formularem as políticas nacional, estaduais e municipais para a criança e o adolescente.

Essa doutrina Jurídica da Proteção Integral presente primordialmente na Constituição Federal e posteriormente no ECA, preconiza que crianças e

adolescentes são sujeitos especiais de direito. Gozam de todos os direitos fundamentais e sociais, principalmente de proteção, em decorrência de se encontrarem em fase de desenvolvimento. Isso ocorre especialmente em razão da recomendação estabelecida pela Doutrina das Nações Unidas que prevê a existência na ordem jurídica interna de cada país, de normas legais capazes de garantir todos os direitos: vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, proteção no trabalho, etc...

O Estatuto preconiza a doutrina da proteção integral, na medida em que assegura a todas as crianças e adolescentes, indistintamente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, assim como já acontecia com os adultos.

Preservando, na íntegra, a linha de raciocínio lógico e filosófico dos documentos internacionais, o ECA, afirma a condição jurídica da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e lhes assegura a condição política de prioridade absoluta. Além disso, reconhecer sua condição psicossocial de pessoa humana em processo de desenvolvimento, o que tem como reflexo lógico a imposição do dever ao Estado, à família e à sociedade de assegurar-lhes acesso a todos os bens da vida considerados fundamentais ao seu bem-estar presente e futuro, e de destinar-lhes proteção integral, mantendo-os a salvo de toda e qualquer negligência, discriminação, violência, crueldade, opressão e exploração.

No Brasil, a violação dos direitos humanos e dos direitos da criança é um fato diário. Embora o país tenha sido capaz de elaborar um dos Estatutos mais completos e progressistas sobre os direitos da criança ECA, na realidade, a infância brasileira está longe de ser a prioridade absoluta que a Constituição proclama. As verbas votadas para as políticas públicas destinadas a criança, ao adolescente e as famílias vem sendo limitadas. Os poucos recursos destinados a infância são, comumente, mal aplicados, dispersos, desviados, diluídos nos meandros da burocracia, antes de chegarem ao seu verdadeiro destino.

O movimento social brasileiro tem uma tradição clara de organização forte e de ampla capacidade de mobilização da sociedade brasileira, além de vir desenvolvendo condições de monitoramento e de controle social junto aos

Conselhos de Direitos (da Saúde, da Criança e do Adolescente, entre muitos outros). Sem exagero, pode-se dizer que, em boa medida, as conquistas sociais configuradas constitucionalmente são frutos da mobilização social (milhares de assinaturas para propostas de emendas). Avanços significativos em legislações ordinárias, que vem para a proteção dos direitos também contaram com ampla participação popular.

Embora tenham sido adotados evidentes esforços para a institucionalização dos direitos humanos, a partir da criação de novas leis e novos organismos públicos, é imprescindível que se reconheçam as crescentes e permanentes violações aos direitos fundamentais, as quais se tomam mais agudas quando envolvem os direitos de crianças e adolescentes.

Entre as estratégias para que tais violações sejam reconhecidas e superadas na prática social, está a incorporação na prática cotidiana na escola de uma cultura de respeito ao direito da criança que expresse os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, os depoimentos dos professores entrevistados nesta pesquisa indicam que este desafio ainda está em construção.

Ao serem questionados sobre como o ECA pode auxiliar na resolução de conflitos na escola, encontram-se respostas como:

- *Auxilia para esclarecer melhor de como agir com as crianças*
- *O ECA deixa bem claro os direitos e os deveres dos alunos. Como foi feito uma palestra para os pais sobre o ECA, entregue o livro , acredito que os pais tenham repassados as informações obtidas na palestra. Isso vai fazer que os alunos pensem mais sobre suas atitudes.*
- *“Quanto ao ECA, precisamos de pessoas no Conselho Tutelar que atuem e não fiquem somente observando crianças em situações complicadas e não fazem nada, no ECA as leis são claras e que falta são pessoas para fazer cumpri-la”*

Para compreender o contexto desses depoimentos passaremos a caracterizar o município de Piraquara.

CAPÍTULO II

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

O Município de Piraquara pertence à Região Metropolitana de Curitiba e estabelece seus limites territoriais com os Municípios de Quatro Barras, São José dos Pinhais, Morretes e Pinhais, com os quais compartilha problemas semelhantes, além das dificuldades típicas das denominadas "Cidades Dormitório".

Importante ressaltar que após o desmembramento de Piraquara do Município de Pinhais, em 1991, agravaram-se os problemas de natureza social e econômica no município. Isto se deve preponderantemente ao fato de Pinhais ter abarcado a atividade econômica e significativa malha urbana geradora de emprego e renda da região. Nos anos 90, com o desdobramento da denominada "última fase" dos desmembramentos dos municípios que compõem a RMC, foram emancipados os municípios de Fazenda Rio Grande, Tunas do Paraná, Doutor Ulisses, Itaperuçu e mais recentemente, Pinhais e Campo Magro, desmembrados de Piraquara, e Almirante Tamandaré, respectivamente. Desse conjunto destacam-se municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento anual entre 91 e 96 no Paraná: Fazenda Rio Grande com 11,91%, Piraquara com 10,24% e Itaperuçu com 9,89% (IPEA 2000).

O processo de crescimento da RMC como um todo, significou um grande impacto para todos os municípios que a compõe. Com uma das maiores taxas de crescimento no Brasil, entre 1991 e 2000, a RMC obteve um percentual de 3,17%, passando de 2.063.654 para 2.725.629 habitantes, ficando atrás somente das regiões metropolitanas do Distrito Federal, que é de 3,59%, Florianópolis com 3,29% e Goiânia de 3,28%.

Atualmente, a população que vive na RMC representa 28% do total de 9.558.454 habitantes do Estado do Paraná, segundo o Censo Demográfico/2000, realizado pelo IBGE.

Piraquara conta, hoje, com uma população residente de 85.675 habitantes (IBGE, 2003), sendo que dentre as questões sociais mais relevantes considera-se precária a rede de saneamento básico. Isto se justifica em razão da rápida e desordenada ocupação dos lotes criados nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Esta

ocupação não foi acompanhada de instalação de infra-estrutura necessária, agravando-se a situação em razão de parte destas áreas se encontrarem em regiões de planícies sujeitas a inundações e onde ocorrem lento escoamento das águas superficiais. É em Piraquara que se localizam grandes áreas de mananciais, parques e reservas ambientais da Grande Curitiba contando, portanto, com um pequeno número de indústrias não poluidoras nas áreas de plástico, chocolate, móveis, artefatos de cimento e cogumelos. Em 1999, houve uma pequena alteração nesse perfil com a implantação de indústrias multinacionais voltadas para o setor automobilístico. Essa questão gerou conflitos com o Ministério Público do Meio Ambiente o qual embargou a abertura de qualquer tipo de indústria no Município, situação esta resolvida somente no ano de 2003.

Outro diferencial importante na configuração do complexo cenário local, diz respeito a presença, no Município, do Complexo Penitenciário que é composto pela Penitenciária Central do Estado, a Penitenciária Feminina, a Penitenciária Estadual de Piraquara, a Colônia Penal Agrícola e o Educandário São Francisco. Como decorrência da presença do Complexo Penitenciário, o Município é permanentemente acessado por populações migrantes e itinerantes, que demandam expressivo atendimento das políticas públicas locais. Ao analisarmos a classificação por faixa etária, observa-se que o número maior de pessoas encontra-se na faixa etária de zero a quatro anos, num total de 8.815 habitantes; e o menor número de pessoas na faixa dos 80 anos e mais, totalizando 346 habitantes nessa faixa etária, o que demonstra que há uma grande demanda por serviços essenciais a população infanto-juvenil atualmente no município, com grande tendência a sua ampliação, posto que há grande concentração da população jovem com idade entre zero e 19 anos representando 42,91% da população local.

Dessa maneira, pode-se observar a demanda pela implementação de uma série de programas voltados ao desenvolvimento social e de proteção humana, especialmente, destinado às crianças e aos adolescentes, que em nome da efetividade das ações públicas, exigem articulação com a comunidade e o compartilhamento de competências e responsabilidades entre os três níveis de governo.

Para nos aproximarmos do objeto desta pesquisa se faz necessário, além da caracterização acima citada, conhecer a Rede Municipal de Educação do município

de Piraquara, a qual dispõe de 20 escolas municipais de 1ª a 4ª série atendendo 7.693 crianças e 8 escolas estaduais de 5ª a 8ª série regular, atendendo 5.367 crianças e adolescentes, além de uma escola que oferta Educação de Jovens e Adultos e outra que atende adolescentes em conflito com a lei.

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental há um crescimento na demanda de 2,8% ao ano e nas séries finais de 9,5%. Embora o crescimento da demanda das séries iniciais seja pequeno e nos últimos anos tenham sido construídas unidades novas ainda há crianças fora da escola e algumas salas com grande número de alunos (até 34 alunos por sala). Estas salas, em sua maioria, localizam-se nas escolas do Guantuba, região que abriga aproximadamente 40.000 habitantes, ou seja, aproximadamente 50% da população do município e que cresce acentuadamente. Na rede estadual mesmo crescendo 9,5% ao ano, ou seja, a cada ano ingressam aproximadamente 500 alunos novos, há muitos anos não se constrói unidades novas, embora tenham sido reformados prédios já existentes estes são insuficientes, o que faz com que os alunos tenham que se deslocar para bairros distantes do qual residem e ou tenham que freqüentar salas superlotadas (com até 45 alunos por turma).

Certamente a distância entre a residência e a escola é um dos fatores que contribuem para a evasão que, nas séries finais do Ensino Fundamental chega a 32,7%, já nas séries iniciais é de 1,7%. É claro que junto a revisão da localização das escolas é preciso repensar outros aspectos que contribuem para que os alunos evadam-se: práticas pedagógicas conservadoras, falta de condições financeiras das famílias, e principalmente, a ineficiência na organização dos atendimentos intersetoriais, das áreas da saúde pública, ação social e para que a criança seja atendida integralmente. Sem esta inter-relação entre os diversos setores da administração pública, as fragmentações são inevitáveis, tudo se perde na burocracia do Sistema, como por exemplo: uma criança acessa a saúde pública, necessitando de reforço alimentar, ela precisa ser integrada a algum programa da área social, na prática ocorre o contrário, a família não é orientada ou encaminhada pela referida secretaria, e acaba tendo que iniciar o processo do zero, fatalmente a família desiste e quem sofre é a criança. O mesmo acontece quando a escola acessa qualquer outro serviço público, simplesmente não há comunicação.

Outro grande problema é a reprovação, pela análise sobre os dados do aproveitamento escolar dos alunos das séries iniciais, referentes aos três últimos anos, observam-se índices alarmantes: a média de reprovação ao ano é 18,2%, sendo que na 1ª série chega a 28%, nessa mesma série há escolas que tem índice próximo a 46%.

Situação tão grave quanto a essa é a dos alunos que concluem a 4ª série do Ensino Fundamental sem saber ler, compreender e produzir textos com autonomia.

A democratização do ensino não se restringe a garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, mas principalmente, o ensino de qualidade, que promova, através da instrumentalização científica, a formação de sujeitos críticos, conscientes, capazes de interpretar, compreender e interferir na realidade.

Ao abrir os debates em relação a esta questão, certamente estes não deverão ser pautados na progressão automática ou na reprovação, mas sim na alternativa mais viável para se promover a efetiva aprendizagem de todas as crianças. Se a discussão for pautada em reprovação ou aprovação, em nada se contribuirá para a democratização do conhecimento, pois a escola é antidemocrática quando não ensina a todos com qualidade. Segundo PARO (2002), parece que se considera que o grave de um aluno chegar a 8ª série sem aprender, não seja o fato de ele não ter aprendido, e sim o fato de chegar à oitava série; e que isto é uma questão pedagógica, não mera questão de passar ou não passar de ano. Neste sentido a organização seriada é extremamente complicada, pois não respeita o tempo do aluno, por mais que ele tenha avançado, se não atingir os critérios para a série, é retido e na grande maioria das vezes não tem a oportunidade de continuar de onde já havia apreendido, começa a série como se o ano interior tivesse sido anulado.

Numa perspectiva crítica de educação, a função social da escola é trabalhar com os conhecimentos científicos organizados de acordo com o currículo é de sua responsabilidade garantir a todos os que nela estão à aprendizagem efetiva e assim, contribuir para a verdadeira democratização da sociedade.

A educação pública brasileira sempre foi alvo de discussões, no que se refere à qualidade de ensino ofertado e aos recursos de que esta dispõe. Indagamos então, qual é a Escola que temos, se está ou não capacitada para cumprir sua principal função, que é ensinar?

Uma Escola democrática pretende formar cidadãos críticos e agentes construtores de sua própria história. Portanto, está voltada aos interesses daqueles que nela estão, atendendo suas necessidades e priorizando a diminuição das desigualdades sociais.

A educação transformadora com a qual estamos comprometidos pressupõe compreender o aluno como sujeito portador de cultura e identidades próprias, a serem consideradas em todas as práticas pedagógicas. Ver o processo de ensino-aprendizagem com uma perspectiva transformadora que requer conhecimentos e recursos de avaliação

Segundo VASCONCELLOS (2002), “todo o processo de educação escolar por ser intencional e sistemático, implica a elaboração e realização de experiências (incluindo aí avaliação) de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas na sala de aula e na escola.” Estamos entendendo por currículo este conjunto de atividades. Currículo vem do latim curriculum (do verbo correre = corre). “Refere-se tanto a proposta feita pela instituição, quanto ao caminho, ao trajeto que o discente percorre na sua formação escolar”.

Na escolha de conteúdos, incluímos questões que possibilitam a compreensão e a crítica da realidade, oferecendo aos alunos a oportunidade de se aprimorarem deles como instrumentos para refletir e mudar sua própria vida.

O ensino e a aprendizagem acontecem de acordo com as opções didáticas, métodos, organização das atividades em conformidade com o tempo e espaço, ensinando valores, atitudes, conceitos e práticas sociais.

É preciso realizar uma cumplicidade entre aprender e ensinar, orientado pelo desejo de superação e transformação, apesar de que o resultado desse processo não é controlável, nem pela Escola e nem por nenhuma instituição ele será forjado no processo histórico-social.

Como afirma VASCONCELLOS (2002): “não se pode conceber contemporaneamente uma reflexão sobre currículo que não leve em conta a questão “currículo oculto”, aquilo que efetivamente acontece na escola, embora não tenha sido planejado, e que, amiúde, sequer é admitido pela instituição, das diversidades dos sujeitos (culturais, étnicas, de gênero) do gradiente entre as proposições e as práticas (o limite da teoria, do planejado, o descompasso entre o desejado e o realizado, a influencia da cultura escolar)”.

Como demonstra VASCONCELLOS (2000), a prática educativa escolar dependerá da concepção de currículo que se tem, em função das repercussões de tal representação na organização do trabalho pedagógico.

O currículo por si só não garante que o trabalho realizado na escola tenha sucesso, outros mecanismos precisam ser garantidos.

A formação continuada dos professores se configura num dos principais mecanismos de mudança, pois a verdadeira revolução ocorre na sala de aula, através de práticas pedagógicas críticas, reflexivas, fundamentadas teoricamente de uma opção clara por um projeto de educação transformador.

A Rede Municipal de Ensino de Piraquara tem alto índice de rotatividade, isto é, os professores prestam concurso público sem intenção de efetivar-se na carreira, o que interfere diretamente nos programas de formação contínua em serviço. A rede conta com aproximadamente 600 professores, dos quais a maioria possui formação inicial em Magistério, Nível médio.

Historicamente, o município ofertava cursos de formação em forma de grandes eventos, pelo menos uma vez ao ano. O acompanhamento pedagógico contínuo era de responsabilidade da Assessora Pedagógica da Escola, profissional que ocupou durante muito tempo a função de pedagoga, mesmo sem formação. O plano de carreira que vigorou até 2003, não previa a formação em nível superior para a coordenação pedagógica.

As escolhas dificilmente eram técnicas, mas sim político-partidárias, questão esta que trazia muitas dificuldades nas relações estabelecidas no interior da escola, principalmente relações competitivas.

Só através de mudança de postura é que se avança nas relações de trabalho ocorridas no interior da escola, na relação professor-aluno, na relação com a comunidade, nesta mudança, a cultura do respeito mútuo deve ser a base de tais relações.

Outro aspecto importante é a instituição de instâncias verdadeiramente democráticas na escola, a instituição de um Conselho escolar participativo.

O conselho escolar é uma instância deliberativa e participativa, com a finalidade de propor, acompanhar e fiscalizar o projeto pedagógico da escola. É constituído pela direção da escola e representantes dos segmentos da comunidade escolar.

A Prefeitura de Piraquara ofertou através de extensão um curso de formação de conselheiros de escola, envolvendo toda a comunidade, além de encontros contínuos com grupos de escola. No entanto, a cultura da participação popular precisa ser construída e leve o tempo histórico necessário para efetivar-se, neste sentido o papel do diretor de escola é essencial e este precisa de subsídios e acompanhamento sistemático, a fim de que se sinta seguro e esteja disposto a abrir as portas da escola para a comunidade. Assim as relações centralizadoras e autoritárias dão lugar a práticas democráticas.

A ação educativa é uma prática que contém uma relação política, portanto as relações estabelecidas entre os atores do processo escolar refletem como estas se apresentam na sociedade como um todo. Essa relação se define na vivência da escolaridade em sua forma mais simples, desde a estrutura escolar em como a Escola está inserida e se relaciona com a comunidade, entre os trabalhadores, distribuição de responsabilidade e poder decisório, nas relações entre professores e alunos e na relação com o conhecimento.

É preciso atenção com bastante comprometimento às questões que forem apresentadas no decorrer do processo. Buscando assim, os encaminhamentos que viabilizem as soluções para o alcance dos objetivos que pretendemos atingir.

No município de Piraquara houve uma tentativa de construir um projeto educacional, o qual dessa conta de mudar um quadro de reprovação assustador, em 2000², que, em alguns casos, chegava a 50% na primeira série.

² Não há registro de tabulação de dados feitos pela SMED, isto posto a informação baseia-se em relatórios das escolas.

TABELA 01 – INDÍCES DE REPETÊNCIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRAQUARA ENTRE 2001 E 2003

	1ª série			2ª série			3ª série			4ª série			DADOS GERAIS		
	TOTAL	REP	%	TOTAL	REP.	%	TOTAL	REP.	%	TOTAL	REP	%	TOTAL	REP.	%
2001	2.167	594	27,4	1937	379	19,5	1710	281	16,4	1662	103	6,1	7476	1357	18,0
2002	2231	609	27,2	1959	368	18,7	1713	200	11,6	1572	109	6,9	7.503	1287	17,1
2003	2139	512	24,1	1956	322	16,4	1802	229	12,7	1560	68	4,3	7467	1108	14,8

SISTEMA ESCOLA/NRE/PR

A intenção de reverter tais índices não se deu simplesmente do ponto de vista numérico, mas qualitativo. Através de convênio firmado com a Universidade Federal do Paraná, a Secretaria de Educação reorganizou a proposta curricular do Município e retomou o processo de construção dos projetos políticos-pedagógicos das escolas, de maneira coletiva e democrática.

Os educadores e toda a comunidade escolar construíram o projeto político-pedagógico da escola, apontando os desafios a serem superados, bem como os elementos necessários para esta superação. O respeito pautou as discussões e proposições.

Embora devido ao processo precário de formação inicial a que os professores deste país obtiveram ao longo da história, uma visão simplista e ingênua de sociedade e educação aparecem ao longo desse processo de construção. Muitas indicações de leitura e debates não se efetivaram na prática, mas o avanço se dá devido a qualidade da relação que foi estabelecida.

Os educadores, pais e funcionários passaram por um amplo programa de formação continuada, também prevista no convênio.

A formação continuada em serviço, junto com as condições de trabalho e remuneração, constitui a valorização dos professores, além de ser um direito garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art.67,II) .De acordo

com Veiga (1995, p.20) “a formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que só possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos”

Esta formação deve promover o fortalecimento dos profissionais nas dimensões teórico-práticas, possibilitando-lhes uma reflexão crítica constante sobre suas atuações, os problemas enfrentados e uma instrumentalização naqueles conhecimentos imprescindíveis ao redirecionamento de suas práticas.

Além de melhorias na estrutura física das escolas, propiciando ao aluno dignidade e ao professor qualidade de trabalho, houve a reorganização do plano de carreira do magistério público.

2.2 UMA CONTRIBUIÇÃO AO CONTEXTO GERAL DA PESQUISA

2.2.1 VIOLÊNCIA EXTRA-ESCOLAR

Um diagnóstico feito pela Secretaria Municipal de Educação de Piraquara, junto às escolas, mostrou que casos de violência e indisciplina acentuavam-se a cada ano, o que em muito preocupava a comunidade escolar, já que essas atitudes, sem dúvida, interferem na aprendizagem de qualidade. Como afirma VASCONCELLOS, "pesquisas pedagógicas tem mostrado o quanto se perde de tempo em sala de aula com questões de disciplina, em detrimento da interação do aluno com o conhecimento e com a realidade" (2000, p.13).

A partir da compreensão de que para superar tal problema não bastaria observá-lo, identificá-lo, lamentar ou atribuir a responsabilidade ao aluno e a sua família, pois inúmeras situações levam os alunos a se manifestarem de maneira violenta e indisciplinada no ambiente escolar, pois muitos são vítimas de violência, seja por agressão física, omissão ou maus tratos das próprias famílias, omissão e negligência do poder público, etc. A SMED entendendo que a violência e a indisciplina são problemas de origem social e que não podem ser resolvidos unicamente pela escola, propôs o desenvolvimento de um programa denominado "Fortalecimento das Bases de Apoio Familiares e Comunitárias nas Escolas".

O início do Programa deu-se com o curso: "Estatuto da Criança e do Adolescente: uma nova ética para educação", o qual teve a participação das diretoras, coordenadoras pedagógicas e professores das vinte e uma escolas municipais, dezesseis centros municipais de educação infantil, Conselheiros Tutelares, professores dos colégios estaduais e representantes das Secretarias Municipais, contemplando aproximadamente 700 pessoas. Por meio de uma abordagem crítica analisou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, relacionando-o com o universo escolar, resgatando a dimensão pedagógica e as especificidades do município. Discutiu dentre outros temas: violência, indisciplina, relação professor-aluno e aluno-aluno, o papel da família, da escola e do poder público frente esses assuntos.

Posteriormente, cada escola, sob orientação de consultor especializado, através de professores e funcionários designados pela comunidade escolar,

2.2.2 FICHAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA – UM PANORAMA DA VIOLÊNCIA EXTRA-ESCOLAR ENFRENTADA PELOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE PIRAQUARA

As fichas de notificação obrigatória foram criadas para utilização de todas as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil a fim de identificar e prevenir a ocorrência de violência contra a criança e o adolescente. (anexo 1) O documento foi construído com a participação do Conselho Tutelar e as diretoras das instituições, com a finalidade de formalizar e publicizar as denúncias de possíveis maus tratos sofridos pelas crianças, tanto no âmbito intra quanto extra-escolar.

Os formulários eram preenchidos em três vias, sendo que uma ficava arquivada na escola, uma na SMED, para intensificar a cobrança dos setores competentes e organizar um banco de dados, condição importante para proposição de políticas públicas e a terceira via era encaminhada ao Conselho Tutelar para providências.

As fichas de notificação retrataram a visão da escola sobre a questão da violência extra - escolar, já que não houve denúncias de violência intra-escolar, embora tal instrumento tivesse este propósito

A análise das fichas comprovou que não ocorreram denúncias de situações de desrespeito aos alunos no interior da escola, isto é, as denúncias foram sistematizadas pela escola e os possíveis violadores são sempre agentes externos. Dessa forma não se oficializou nenhuma denúncia de violação de direito das crianças, no interior da escola.

Durante o período compreendido entre junho e novembro de 2004, a Secretaria Municipal de Educação recebeu 44 Fichas de Notificação Obrigatória com registro dos diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes.

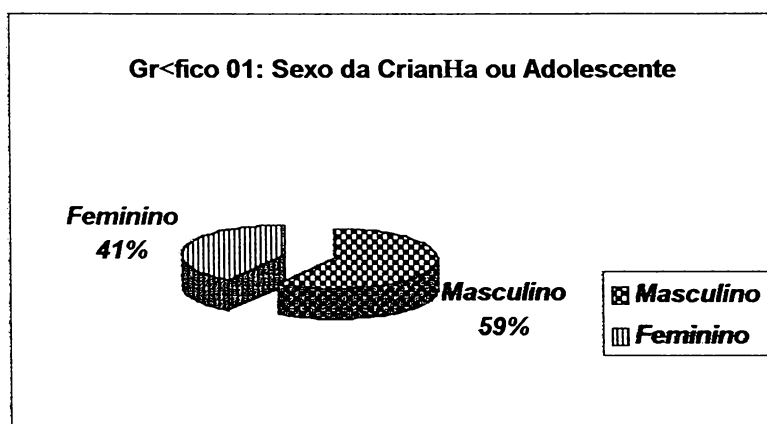
Do universo da rede pública municipal, 11 escolas e 2 CMEIS utilizaram a FNO correspondendo a 35,4% A utilização da FNO como um instrumento de proteção pessoal, ocorreu inicialmente e com resistência e, portanto, carecendo ainda de aprofundamento.

Entretanto, num período de três meses de utilização, uma importante parcela das unidades escolares fez uso da FNO, o que vem demonstrar que o registro é importante e adequado, encorajando a denúncia e desenvolvendo a cultura da

responsabilidade e do compromisso para com a causa da criança. Publicizar os encaminhamentos do Conselho Tutelar é um passo importante para a proposição de políticas públicas e o controle social, pois o que ocorre normalmente com dados dessa natureza é que são frequentemente escamoteados e distorcidos.

Vejamos alguns índices que podem, guardadas as devidas ponderações, por tratar-se de um período inicial de implantação, retratar a realidade em que vivem muitas crianças e adolescentes

GRÁFICO 01 – SEXO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE – POSSÍVEL VITIMIZADO PELA VIOLÊNCIA – PIRAQUARA - 2004



Em relação ao perfil da criança e adolescente com suspeita de vitimização, identificou-se que há uma preponderância de violência praticada contra o sexo masculino. De um total de 44 crianças e adolescentes, 59% corresponde ao sexo masculino e 41% ao sexo feminino. Outra informação importante refere-se à idade em que as crianças e adolescentes apresentam maior vulnerabilidade à violência. A menor idade registrada pela FNO foi de 5 anos, alunos da Educação Infantil. A maior incidência da violência registrada encontra-se na faixa etária de 7 a 11 anos, provavelmente pelo fato de que a rede municipal concentra seu atendimento na primeira etapa do Ensino Fundamental, 1º a 4º série e Educação Especial, com apenas 17 alunos.

O quadro a seguir demonstra que a partir dos 8 anos a criança sofre maus - tratos de maneira mais freqüente. Possivelmente em razão de sua contrariedade frente a condutas que, quando pequena , aceita com passividade por parte dos pais. Das 44 crianças e adolescentes, 27 têm idade entre 8 e 11 anos, correspondendo a 62% das possíveis vítimas.

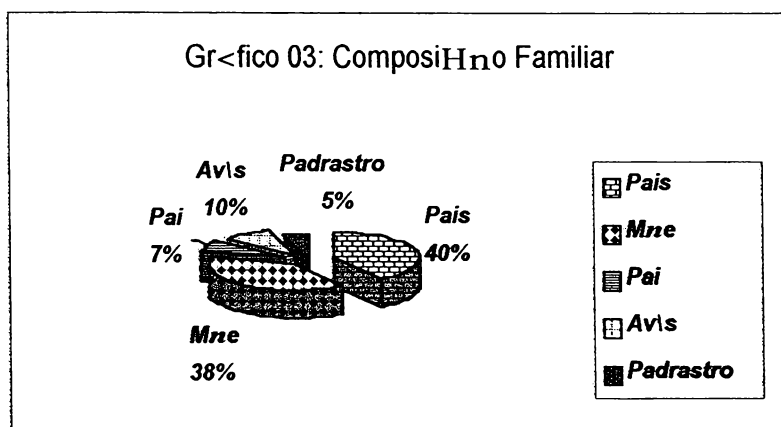
TABELA 02- SÍNTESE DAS IDADES DAS CRIANÇAS DENUNCIADAS COMO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA - NOTIFICAÇÕES FEITAS EM 2004 – SMED PIRAQUARA

Idade	Quantidade de registros
05	01
06	02
07	04
08	09
09	08
10	06
11	05
12	03
13	02
15	01
18	01
20	01
21	01

FONTE: Fichas de Notificação Obrigatória/2004

A composição familiar das crianças e adolescentes que aparecem nas fichas, demonstra que a realidade dos arranjos familiares no município de Piraquara não destoa da realidade brasileira.

GRÁFICO 02- COMPOSIÇÃO FAMILIAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PRESENTES NAS FNO- 2004

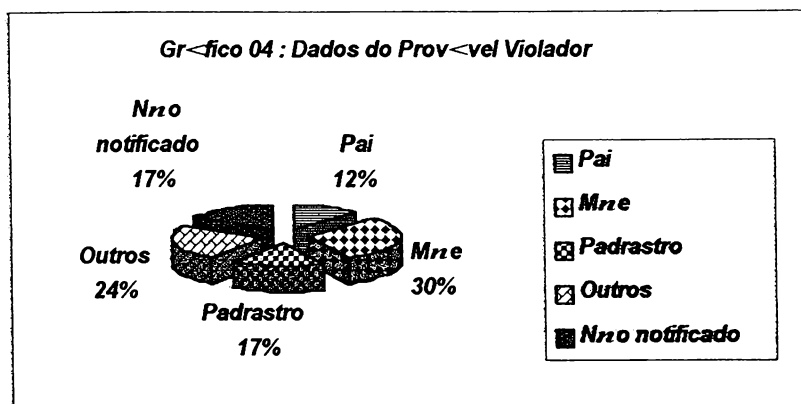


FONTE: Fichas de Notificação Obrigatória/2004

Das 44 famílias, 17, ou seja, 40% são compostas por ambos os responsáveis (pai e mãe), a denominada família nuclear. As famílias em que o principal responsável é a mãe (16) corresponde a 38% do total das famílias, enquanto que as compostas exclusivamente pelo pai (3) corresponde a 7%. Os dados indicam que os avós tem assumido uma função importante no âmbito familiar. Das 44 crianças e adolescentes, 4 são cuidadas pelas avós, o que corresponde a 10% do total e o padrasto como possível vitimizador corresponde a 5% do total dos familiares.

Ainda no aspecto familiar pôde-se observar que há preponderância dos familiares próximos como possíveis agentes violadores dos Direitos da Criança e Adolescente. Dos 44 casos suspeitos, 13 foram cometidos pela mãe, correspondente a 30% do total, o pai representa 12%, o padrasto 17%, outros 24%, violência extra-familiar e não notificado 15%, ou seja, não identificado o agente violador. Desta maneira, pode-se tomar como hipótese que as mães agridem mais porque elas continuam assumindo a responsabilidade maior pela “educação da conduta” dos filhos.

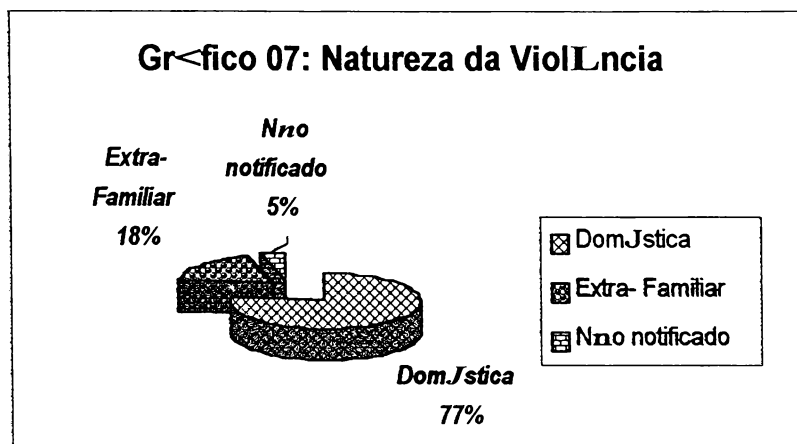
GRÁFICO 03 – DADOS DO POSSÍVEL AGENTE VIOLADOR DE DIREITOS ,
DENUNCIADOS NAS FICHAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA - 2004



FONTE: Fichas de Notificação Obrigatória/2004

A violência doméstica apresenta-se, conforme demonstram as informações, como um grande desafio a ser enfrentado pelas Políticas Públicas em todos as esferas de atendimento : Saúde, Educação, Ação Social e Cultura e Esportes . Com 34 casos dos 44, a violência doméstica corresponde a 77% das ocorrências; a extra-familiar corresponde a 18% e, não notificado, 2, correspondente a 5%.

GRÁFICO 04 – NATUREZA DA VIOLÊNCIA DENUNCIADA EM 2004

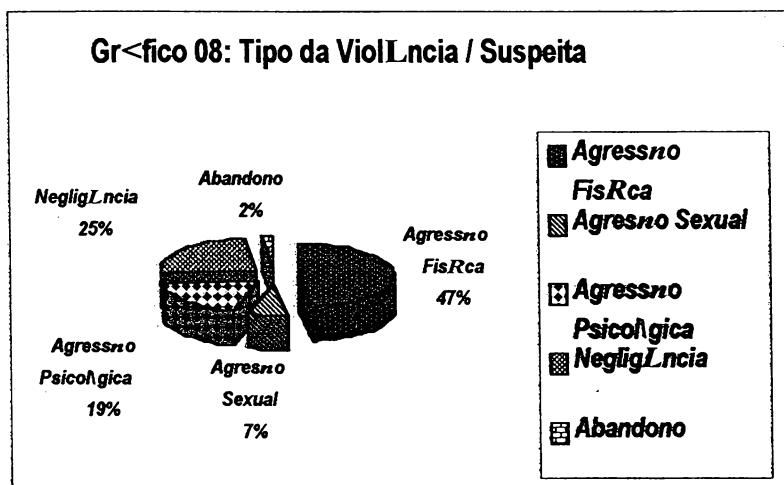


FONTE: Fichas de Notificação Obrigatória/2004

O tipo de violência mais recorrente na FNO diz respeito a agressão física, representando 47% dos casos; a negligência representa 25% das ocorrências; a

agressão psicológica, 19%; o abandono 2% e a agressão sexual 7%. Observa-se que dos 44 casos houve 57 tipos de lesões diferentes, demonstrado que a violência contra a criança e adolescente manifesta-se em múltiplas formas.

GRÁFICO 05- TIPO DE VIOLÊNCIA DENUNCIADA EM PIRAQUARA -2004



FONTE: Fichas de Notificação Obrigatória/2004

Do mesmo modo é possível deduzir que a agressão física, em razão de sua natureza e visibilidade, é mais facilmente identificada.

Embora este trabalho tenha como foco a violência intra-escolar, isto é, no interior das instituições, é importante entender as questões ocorridas em seu entorno, pois ambas são inter-relacionadas e não podem ser explicadas isoladamente.

2.2.3. A VISÃO DA COMUNIDADE - OUVIDORIA PÚBLICA

O serviço de Ouvidoria tinha por finalidade oportunizar a escuta de denúncias, questionamentos, reclamações da comunidade escolar.⁴ A ouvidoria pública funcionava através de telefone ou pessoalmente, sendo que havia uma exigência quanto a identificação do denunciante e telefone para contato, respeitando o sigilo quanto este assim desejava. Havia um instrumento padrão de registro e a pessoa que atendia fazia o encaminhamento ao setor responsável, os retornos e orientações às escolas eram feitos por escrito, com a assinatura dos envolvidos. Em situações graves eram constituídas comissões de investigação.

O mapeamento da ouvidoria permitiu analisar a forma como a comunidade vê a escola. Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, todas as denúncias foram investigadas e resolvidas dentro do mais absoluto respeito a escola, como também à comunidade, pois quando constatada a veracidade dos fatos, foram tomados os procedimentos legais.

Um elemento importante na análise das relações estabelecidas no interior da escola, se dá com relação a imagem que a comunidade tem de determinada instituição escolar – Ouvidoria Pública coloca esta dimensão com bastante propriedade.

O objetivo deste levantamento não é identificar as escolas, tampouco a quem, individualmente, dirigem-se as queixas, este é apenas um demonstrativo de situações que, embora algumas possam não corresponder a verdade ou seu contexto esteja distorcido, representam inúmeras situações que ocorrem no cotidiano dos espaços educativos deste país.

Vejamos a síntese das ouvidorias, organizadas de acordo com as categorias de análise supra-citadas.

⁴ A idéia era ampliar a outros setores, mas inicialmente a ouvidoria foi implantada na SMED/Piraquara

TABELA 03 – SÍNTESE DO REGISTRO DAS DENÚNCIAS FEITAS A OUVIDORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRAQUARA EM 2004.

SÍNTESE DOS REGISTROS DE OUVIDORIAS			
AGRESSÃO FÍSICA:			
RELATOS	RECLAMANTE	DENUNCIADO	TOTAL
<i>Aluna foi empurrada e caiu no chão. O fato ocorreu na hora do recreio. A servente grita com todos para que não sujem o banheiro.</i>	<i>Mãe</i>	<i>servente</i>	<i>01</i>
<i>Chuta as carteiras e dá tapas nos alunos, durante as aulas.</i>	<i>Mãe</i>	<i>professora</i>	<i>04</i>
<i>Trata os alunos com brutalidade, pega-os constantemente pelos braços e dá tapas.</i>	<i>Mea</i>	<i>professora</i>	<i>02</i>
<i>Espera as crianças no portão e com uma vara exige que limpem os pés ao entrar na escola.</i>	<i>Alguém da comunidade</i>	<i>servente</i>	<i>06</i>
<i>A professora disse a mãe que não agüenta a turma admitiu que deu um tapa no rosto do aluno.</i>	<i>Mãe</i>	<i>professora</i>	<i>02</i>
<i>A mãe estava na escola e presenciou a cena: a professora pegou um aluno pelo braço com violência e levou-o até a secretaria da escola.</i>	<i>Mãe</i>	<i>professora</i>	
<i>Pegou um aluno pelo braço com violência levando-o até a secretaria dizendo "Por que você vem até aqui, esse lugar não é para você?"</i>		<i>direção</i>	<i>01</i>
<i>Pegou aluno pelo pescoço com violência, diante de toda a turma.</i>	<i>Irmã</i>	<i>professora</i>	<i>01</i>
<i>Deixou o aluno de castigo sentado em banco de cimento, sem aula.</i>	<i>Mãe</i>	<i>professora</i>	<i>02</i>
<i>Deu uma reguada num aluno, deixando marcas.</i>		<i>professora</i>	<i>01</i>
<i>Beliscou o aluno e levou até a secretaria da escola.</i>		<i>professora</i>	<i>01</i>

Fonte: fichas de ouvidoria SMED/ Piraquara – 2004

TABELA 04 – SÍNTESE DO REGISTRO DAS DENÚNCIAS FEITAS A OUVIDORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRAQUARA EM 2004.

SÍNTESE DOS REGISTROS DE OUVIDORIAS	
AGRESSÃO PSICOLÓGICA:	
RELATO	RECLAMANTE
<i>Servente fala palavrões no pátio da escola.</i>	<i>Mãe</i>
<i>Professora falou a uma criança que havia se machucado, que ela deveria por gasolina atear fogo no braço.</i>	<i>Mãe</i>
<i>Aluno reclama que os colegas jogaram sua jaqueta na fossa, a professora disse que ele deveria ir junto, pois lá era o seu lugar.</i>	<i>Mãe.</i>
<i>Professora grita o tempo todo, humilha as crianças e chamou um aluno de João Ninguém.</i>	<i>Pais</i>
<i>Professora ameaça reprovar aluno por este fazer bagunça.</i>	<i>Mãe</i>
<i>Professora grita o tempo todo e fala palavrões</i>	<i>Mães</i>

Fonte: fichas de ouvidoria SMED/ Piraquara – 2004

TABELA 05 – SÍNTESE DO REGISTRO DAS DENÚNCIAS FEITAS A OUVIDORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRAQUARA EM 2004.

SÍNTESE DOS REGISTROS DE OUVIDORIAS			
CONTESTAÇÃO DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO			
RELATO	RECLAMANTE	AGENTE	TOTAL
<i>Em reunião de Conselho de Classe, a professora regente não foi ouvida e o aluno foi reprovado sem seu consentimento.</i>	Mãe	professora	04
<i>Aluno recebeu declaração de aprovação para a 5ª série, depois foi informado que havia reprovado e deveria retornar a escola.</i>	Mãe	direção	02
<i>A mãe do aluno sempre acompanhou o processo de ensino-aprendizagem e a professora dizia que ele estava bem, quase no final do ano foi informada de que ele poderia reprovar, não foi encaminhado a recuperação no contra turno.</i>	Mãe	professora	01
<i>A mãe foi até a escola solicitar informações sobre a aprendizagem do aluno e a secretária não a encaminhou para falar com os responsáveis</i>		secretária	01

Fonte: fichas de ouvidoria SMED/ Piraquara – 2004

TABELA 06 – SÍNTESE DO REGISTRO DAS DENÚNCIAS FEITAS A OUVIDORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRAQUARA EM 2004.

SÍNTESE DOS REGISTROS DE OUVIDORIAS	
EXPOSIÇÃO A SITUAÇÕES VEXATÓRIAS	
RELATO	RECLAMANTE
<i>O aluno foi barrado por não estar com uniforme</i>	Mãe
<i>Os alunos são separados na aula de Educação Física, sendo que alguns ficam na sala sem fazer nada e os demais vão para a Quadra de esportes.</i>	Mãe
<i>A professora expôs o aluno diante de toda a turma, porque a mãe deste havia feito uma reclamação sobre ela.</i>	Mãe
<i>Professora disse que aluno tem piolho perante toda a turma</i>	

Fonte: fichas de ouvidoria SMED/Piraquara – 2004

SÍNTESE DOS REGISTROS DE OUVIDORIAS	
NEGLIGENCIA	
RELATO	RECLAMANTE
<i>A turma não foi avisada de não haveria aula no dia seguinte e as crianças foram à escola</i>	Mãe
<i>A professora disse a mãe que não sabe como trabalhar com o aluno, pois não tem formação em educação especial. O aluno sente-se rejeitado.</i>	Mãe
<i>Professora sai da sala constantemente, deixando a turma sozinha e os alunos brigam muito.</i>	Mãe
<i>Os alunos ficaram sem professor até a hora do recreio e ainda levaram uma bronca por não terem avisado.</i>	
<i>O portão da escola permanece aberto, ocasionando perigo as crianças.</i>	mães
<i>Há falta de professores na rede.</i>	mães
<i>Professora ausentou-se da turma e um aluno machucou o dedo, foi levado para casa sem assistência médica.</i>	mãe

<i>Escola dispensa alunos e não segue calendário escolar</i>	<i>pais</i>
<i>Alunos ficam sem recreio e sem lanche</i>	<i>pais</i>
<i>Professora falta constantemente e não dá satisfação aos alunos</i>	<i>Alunos e pais.</i>
<i>Professora foi embora quinze minutos antes sem avisar as crianças, deixando-as fazendo lição. Elas não sabiam se poderiam ir embora.</i>	
<i>Alunos ficaram no pátio da escola por aproximadamente uma hora, enquanto os professores faziam reunião. O sol estava forte e as crianças ficaram sozinhas.</i>	
<i>Professora não comunicou aos pais as faltas do filho, posteriormente a comunicação foi direta ao Conselho Tutelar.</i>	<i>mães</i>
<i>Aluno cai na escola e é levada para casa sem atendimento, a família levou-o ao hospital e ficou sob observação.</i>	

Fonte: fichas de ouvidoria SMED/Piraquara-2004

Diante da síntese das ouvidorias tomaremos como dimensão de análise a questão do respeito pela dignidade humana (analisado neste trabalho através das categorias -agressão física, agressão psicológica, negligência, exposição a situações vexatórias) sendo considerado como elemento essencial para a construção de uma cultura de não violência, principalmente quando se trata de uma instituição que tem como objetivo principal a formação humana.

A síntese dos registros nas ouvidorias, organizada nas categorias acima referidas, podem ser discutidas através de dois princípios essenciais previstos no ECA:

- 1 - Direito de contestar os critérios avaliativos, podendo recorrer as instâncias escolares superiores.
- 2 - Direito de ser respeitado pelos educadores.

Quanto ao primeiro, Direito de contestar os critérios avaliativos, podendo recorrer as instâncias escolares superiores, cabe considerar que a cidadania é um dos pilares de sustentação do Estado Democrático de Direito e ninguém nasce sabendo exercer todas as prerrogativas inerentes a condição de cidadão. Por isso, a preparação para o exercício da cidadania é um dos objetivos da Educação, devendo a escola oportunizar aos educandos formas de exercer a cidadania. A afirmação do direito de contestar os critérios avaliativos, podendo recorrer as instâncias escolares superiores (artigo 53, inciso III, do Estatuto), é uma das formas de exercer cidadania. É assim que se aprende.

Os regimentos das escolas é que devem tratar da matéria, com a explicitação das formalidades de encaminhamento da reclamação do aluno contra a avaliação do seu aproveitamento.

Em Piraquara, os regimentos analisados são embasados em princípios democráticos quanto a organização do trabalho pedagógico. No entanto, mesmo diante do esforço de construir tal documento de maneira coletiva, o mesmo não legitima as ações do cotidiano escolar. Basta verificar que algumas atitudes antidemocráticas, como alunos permanecerem no pátio da escola aguardando o esperado discurso da diretora como mostrou a síntese acima, das reclamações da ouvidoria, alguns merecem destaque:

- “Professora sai da sala constantemente, deixando a turma sozinha e os alunos brigam muito.”
- “Alunos ficaram no pátio da escola por aproximadamente uma hora, enquanto os professores faziam reunião. O sol estava forte e as crianças ficaram sozinhas.”
- “Aluno cai na escola e é levada para casa sem atendimento, a família levou-o ao hospital e ficou sob observação”.

Segundo Aquino (1990): “A tradição escolar pública, fundada na centralização dos poderes de decisão, legitimou a idéia de autoridade na hierarquia administrativa. Norteados pela legislação de ensino, os administradores escolares aprenderam a aplicar um longo rol de prescrições legais e desenvolveram também grandes habilidades para prescrever tarefas e distribuir ordens a seus subordinados a partir de decisões frequentemente unilaterais”.

Pensar a escola como um espaço de formação da cidadania, implica discutir a forma como são construídas as regras, as normas estabelecidas em seu interior. Em vez de a direção e o corpo docente, numa tentativa de construção coletiva, elencarem as regras de funcionamento da escola, prática esta comum nos encontros pedagógicos de início do ano letivo, as escolas poderiam propor uma construção efetivamente coletiva dos “contratos ou combinados pedagógicos”, com a participação dos alunos, pais e funcionários. Assim seria construído um documento, com formatação legal, e, ao mesmo tempo assegurando-se uma dimensão ética com legitimidade e justiça.

Quanto ao segundo, Direito de ser respeitado pelos educadores, importa destacar que do ponto de vista da legislação, o respeito é um dos chamados direitos fundamentais de toda criança e adolescente (artigo 227, caput, da Constituição Federal), na forma regulamentada pelo artigo 17 do Estatuto, base sobre a qual se

<i>Escola dispensa alunos e não segue calendário escolar</i>	<i>pais</i>
<i>Alunos ficam sem recreio e sem lanche</i>	<i>pais</i>
<i>Professora falta constantemente e não dá satisfação aos alunos</i>	<i>Alunos e pais.</i>
<i>Professora foi embora quinze minutos antes sem avisar as crianças, deixando-as fazendo lição. Elas não sabiam se poderiam ir embora.</i>	
<i>Alunos ficaram no pátio da escola por aproximadamente uma hora, enquanto os professores faziam reunião. O sol estava forte e as crianças ficaram sozinhas.</i>	
<i>Professora não comunicou aos pais as faltas do filho, posteriormente a comunicação foi direta ao Conselho Tutelar.</i>	<i>mães</i>
<i>Aluno cai na escola e é levada para casa sem atendimento, a família levou-o ao hospital e ficou sob observação.</i>	

Fonte: fichas de ouvidoria SMED/Piraquara-2004

Diante da síntese das ouvidorias tomaremos como dimensão de análise a questão do respeito pela dignidade humana (analisado neste trabalho através das categorias -agressão física, agressão psicológica, negligência, exposição a situações vexatórias) sendo considerado como elemento essencial para a construção de uma cultura de não violência, principalmente quando se trata de uma instituição que tem como objetivo principal a formação humana.

A síntese dos registros nas ouvidorias, organizada nas categorias acima referidas, podem ser discutidas através de dois princípios essenciais previstos no ECA:

- 1 - Direito de contestar os critérios avaliativos, podendo recorrer as instâncias escolares superiores.
- 2 - Direito de ser respeitado pelos educadores.

Quanto ao primeiro, Direito de contestar os critérios avaliativos, podendo recorrer as instâncias escolares superiores, cabe considerar que a cidadania é um dos pilares de sustentação do Estado Democrático de Direito e ninguém nasce sabendo exercer todas as prerrogativas inerentes a condição de cidadão. Por isso, a preparação para o exercício da cidadania é um dos objetivos da Educação, devendo a escola oportunizar aos educandos formas de exercer a cidadania. A afirmação do direito de contestar os critérios avaliativos, podendo recorrer as instâncias escolares superiores (artigo 53, inciso III, do Estatuto), é uma das formas de exercer cidadania. É assim que se aprende.

Os regimentos das escolas é que devem tratar da matéria, com a explicitação das formalidades de encaminhamento da reclamação do aluno contra a avaliação do seu aproveitamento.

assenta a integridade física, psicológica, moral e cultural do educando, elementos indispensáveis na estrutura curricular e no cotidiano dos relacionamentos entre crianças, adolescentes e adultos na vida escolar. O direito ao respeito freqüentemente vem sendo confundido como sinônimo da falta de legitimidade para o estabelecimento da ordem e da disciplina. O direito a ser respeitado não significa a aquisição da liberdade de desrespeitar. Portanto, o respeito, como um dos elementos integradores do processo educativo, necessita da reciprocidade. Não significa, a citada garantia do educando, qualquer perda de autoridade do professor, dos funcionários ou do dirigente do estabelecimento de ensino. A conduta desrespeitosa ao educando, criança ou adolescente, pode configurar ilícito penal, como dispõe o artigo 232 do Estatuto.

Segundo o dicionário de Filosofia ABBAGNAMO (1999), respeito significa “reconhecimento da dignidade própria ou alheia e comportamento inspirado nesse reconhecimento”.

Privilegiar o sentimento de respeito, com sua natureza inter-pessoal, é uma maneira de combater esse modelo cultural presente na atualidade, o qual valoriza o individualismo como forma de reforçar o liberalismo. De acordo com Costa (1999): “Com as novas regras da livre concorrência,”. Qualquer parceria se tornou precária. A presença do outro não mais suscita apelo a colaboração. Tomamo-nos uma multidão anônima, sem rosto, raízes ou futuro comum.

Aquino (1999) complementa :” Para romper esse modelo cultural que a mídia vem naturalizando pode-se almejar a construção de modelos sociais mais cooperativos, que objetivam a ética baseada em relações de respeito mútuo, solidariedade, justiça e respeito a diversidade” (pag.37). A Identificação desses valores, sua integração no núcleo central da personalidade de alunos e alunas e a admiração que podem construir por seus mestres, permitirão a constituição de autoridades mais democráticas, em contraposição as autoridades autoritárias tradicionais das instituições escolares.

Uma relação de respeito é condição necessária para o trabalho pedagógico, conforme afirma AQUINO (2000), no entanto, podemos respeitar alguém por temê-lo ou por admirá-lo. Havendo uma grande diferença entre esses dois tipos de respeito.

Segundo TARDELI (2003), a pessoa que é respeitada, precisa ser legitimada por outros e, com isso, adquirir consciência da própria existência, formando uma

imagem de si. Essas imagens vêm associadas a valores, que podem ser positivos ou negativos. É claro que as pessoas procuram ser revestidas de valores positivos, como pessoas que merecem apreciação. Todos precisam de respeito aos próprios olhos e, para serem felizes, buscam ser admirados pelos outros. A autora considerou quatro sentidos que podem fundamentar uma concepção de respeito, os quais podem também nos auxiliar no entendimento dessa atitude, tão necessária para a formação do indivíduo.

Estas categorias nos permitirão entender alguns posicionamentos, de alunos, professores e da própria comunidade, que apareceram nos resultados da pesquisa.

Uma atitude de respeito pode estar associada a de-submissão, derivada de sentimentos como medo ou inferioridade. É o caso de quem respeita alguém por este ter mais poder.

A atitude de respeito pode estar associada a valores presentes na socialização e na aprendizagem que se dão no interior das instituições sociais, tais como a escola.

Uma outra associação de respeito se dá tomando como referência o princípio da dignidade. Segundo esse princípio, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora do respeito de seus semelhantes para realizar seus projetos de vida

E, por fim, o respeito toma seu significado mais amplo quando se realiza com respeito mútuo, expresso nas relações de cooperação e diálogo.

Embora a autora tenha feito um recorte interessante das várias dimensões de respeito, as três últimas dimensões se complementam, não sendo possível analisá-las de maneira separada.

Já a atitude de respeito, vinculada a submissão carece de maior aprofundamento, pois está ligada às relações de poder, presentes em todas as relações sociais, e, neste trabalho, são marcantes nas sínteses da ouvidoria, nas enquetes realizadas com alunos e professores.

O respeito pelo poder está associado a “cumprir” ou “acatar” e isso pressupõe, alguém que determina e alguém que cede, nesse caso numa relação de autoridade ou de autoritarismo.

Segundo ARENDT (1988): autoridade supõe sempre a hierarquia, e não a igualdade. É legitimada e reconhecida por quem manda e quem obedece sem, contudo, implicar violência; a autoridade deverá exigir obediência e não utilizar

meios externos de coerção. Ela deverá ser natural, nas relações sociais, de outro modo preencherá a mesma função de violência que, apesar de as pessoas obedecerem não poderá ser sinônimo de autoridade e não se estabelece pelo respeito.

Nas denúncias enumeradas, há situações nas quais o autoritarismo é explícito, por exemplo “Trata os alunos com brutalidade, pega-os constantemente pelos braços e dá tapas” e também exemplos de formas mais amenas de ação mas que contém tanto quanto as formas explícitas meios de coerção que não consideram o aluno como sujeitos de direito, por exemplo: “Alunos ficaram no pátio da escola por aproximadamente uma hora, enquanto os professores faziam reunião. O sol estava forte e as crianças ficaram sozinhas”. Este segundo caso, é mais grave pois é uma situação rotineira na escola, o recreio ser estendido para que questões internas da escola ou solicitações da secretaria sejam resolvidas, posto que, a carga horária prevê poucos momentos de trabalho com todos os profissionais.

Como a educação tem raízes profundas na pedagogia tradicional, normalmente se recorre ao respeito unilateral, vinculado a submissão - a única maneira de impor regras aos alunos, é dominá-los pelo poder, o qual, nesse caso, resume-se a castigos e punições. Estas aplicadas sempre por alguém hierarquicamente superior: o professor ou o diretor.

O respeito pela dignidade, implica qualquer pessoa, ser merecedora de respeito e de ter a oportunidade de realizar seus projetos de vida, através do diálogo, da cooperação, condições imprescindíveis para a formação da autonomia.

A falta de respeito gera violência, temática que leva desde cidadãos comuns a estudiosos à perplexidade, insegurança e indignação, perante a realidade posta. Segundo SINNETT (1989), “com as transformações políticas da sociedade e a consolidação do capitalismo, a humanidade transita entre três males: a impessoalidade, a alienação e a frieza, e completa: os comportamentos agressivos, muitas vezes são a única maneira de expressão”.

No entanto, é importante que se tenha alguns cuidados ao analisar a temática da violência, principalmente quanto a seu conceito. YVES MICHAUD, oferece uma definição interessante:

“Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais”

O autor Jurandir Costa Freire, denomina as ações de truculência presentes no cotidiano das instituições como “cultura da violência” (1999), nos oferece um conceito de violência: “Ao expor pessoas a constantes ataques a sua integridade física e moral, a violência começa a gerar expectativas, a fornecer padrões e respostas. Episódios truculentos e situações – limite passam a ser imaginados e repetidos com o fim de caucionar a idéia de que a força resolve os conflitos. A violência torna-se um item obrigatório na visão de mundo que nos é transmitida.”

Numa análise global, não é difícil conceituar violência, no entanto, no que se refere à violência na escola, a questão é bem mais complexa do parece ser, pois esta está presente sob outras modulações.

Segundo AQUINO (2000), se não atentamos contra a vida alheia de modo explícito, podemos fazê-lo de modo indireto, por exemplo, violando a integridade alheia, por meio de constrangimentos velados ou uma infinidade de micro-agressões – sacralizando, assim, um estado de tensão constante entre protagonistas da ação escolar, sabotando a auto-estima do outro, fazendo-o sentir-se inadequado, incapaz, impostor. Violência simbólica: um processo difícil de delimitar. O autor completa:

“cabe-nos assinalar que os efeitos de violência presenciados no cotidiano escolar atual, conclamam, mais do que nunca, um enfrentamento de cunho propriamente pedagógico, tendo como palco privilegiado o interior da mesma sala de aula e suas relações constitutivas, a conversão dessa “violência nossa de cada dia”, numa ação mais afirmativa, orientada para construção de um mundo efetivamente mais pensante, e portanto menos tosco e brutalizado. Um mundo “melhor”, enfim, que valha a pena ser legado as novas gerações.

2.2.4 A VISÃO DOS ALUNOS E PROFESSORES

Com as indicações da presença de situações que podem ser caracterizadas como violência psicológica no interior da escola, devido ao próprio contexto familiar muitas vezes violento optou-se por analisar, discutir e explorar a visão de professores e alunos sobre a questão.

Foram usados questionários aplicados em duas instituições de Ensino de Piraquara, totalizando 180 entrevistados. Por questões éticas, estas não serão identificadas. A entrevista atingiu alunos da 1ª até a 4ª Série e foi aplicada de forma espontânea pelos próprios professores, para que as crianças se sentissem seguras ao responder. As crianças das primeiras séries, além das respostas por escrito, puderam expressar seu pensamento por meio de desenhos.

Como o objetivo da pesquisa foi de colher dados genéricos, não era relevante nominar as turmas e os professores que participaram. Os aspectos considerados foram os que dizem respeito a qualidade das relações estabelecidas entre os diversos atores presentes no cotidiano escolar. Relação esta evidenciada pelas respostas bastante interessantes para a análise a que destina-se esta pesquisa.

A entrevista com professores foi feita por meio de seis perguntas, a serem respondidas livremente. Por terem sido colhidos de uma amostra pequena, os dados obtidos por meio das entrevistas com professores, foram sintetizados em poucas categorias, evidenciadas nos quadros com a quantidade exata de respostas. No caso dos alunos as questões aplicadas são objetivas e claras, sendo a primeira delas: O que você mais gosta na escola?

TABELA 06 : RESPOSTA DE ALUNOS DE 1ª A 4ª SÉRIE A QUESTÃO: O QUE VOCÊ MAIS GOSTA NA ESCOLA?

RESPOSTAS	Nº DE RESPOSTAS	PORCENTAGEM
<i>Da professora</i>	12	6,6
<i>Das aulas</i>	23	12,7
<i>Do lanche</i>	20	11,1
<i>Do recreio</i>	30	16,6
<i>Brincar</i>	72	40,0
<i>Ed.Física</i>	16	8,8
<i>Amigos</i>	4	2,2
<i>Jogos e festas</i>	2	1,1
<i>Brigar</i>	3	0,5

Questionário aplicado aos alunos /2004

Como era de esperar, em se tratando de crianças de 07 a 11 anos de idade, a principal resposta foi “brincar”, seguida pela preferência pelo “recreio”, o que nos leva a refletir sobre a importância da presença do lúdico nas metodologias aplicadas ao ensino para esta faixa etária

O que se pode observar é que embora o modelo de escola tradicional , em alguns aspectos está sendo progressivamente superado, não se conseguiu ainda repensar sobre a forma como as relações entre professores e alunos são construídas. Segundo Snyders (1996), quando disserta sobre as queixas dos alunos, é em torno das obrigações que se concentram as queixas habituais dos alunos ; “estamos submissos ao poder deles, ao seu bem querer, sem ter realmente meios de defesa; eles impõem suas leis, decidem não temos de forma alguma o controle do que nos acontece”. Os alunos, sobretudo os mais jovens, têm uma tendência a resistir a obrigações e o professor que é o representante concreto dessa obrigação, utiliza metodologias que reforçam esse conceito, proporcionando às crianças aulas maçantes, sem muita adesão ao lúdico.

“ Os alunos sonham com outras relações: serem levados em consideração, serem reconhecidos em sua individualidade, em sua vida pessoal “...” sonham com relações nas quais poderiam revelar ao professor seus gostos, seus problemas e mesmo seus defeitos “(Snyders 1996)”.

Segundo Aquino (1999) a construção de uma nova realidade escolar pressupõe alunos ativos, que participam de maneira intensa e reflexiva das aulas. Sujeitos que constroem sua inteligência e personalidade pelo diálogo estabelecido entre os pares e com professores e professoras. Estes objetivos podem ser atingidos incorporando metodologias mais dinâmicas para as aulas, promovendo discussões em grupo e solicitando reflexões críticas sobre os conteúdos trabalhados.

Outro aspecto importante a ser considerado é o fato de que apenas 6% das crianças responderam que o que mais gostam na escola é da “professora”, demonstrando que a relação de afeto entre professor e aluno precisa ser analisada. Quando questionadas a respeito das pessoas com quem melhor se relacionam, os alunos apontam sua preferência pelos amigos e funcionários da escola, o professor ficou em terceiro lugar na preferência das crianças.

TABELA 07: RESPOSTA DE ALUNOS DE 1ª A 4ª SÉRIE A QUESTÃO: COM QUEM VOCE SE RELACIONA BEM NA ESCOLA?

RESPOSTAS	Nº DE RESPOSTAS	PORCENTAGEM
<i>Amigos</i>	125	69,4
<i>Funcionários</i>	25	13,8
<i>Professora</i>	21	11,6
<i>Diretora</i>	09	5

Fonte: Questionários aplicados aos alunos - 2004

Segundo SNYDERS (1996), “o professor deve demonstrar em toda a sua pessoa, o valor do seu sucesso humano: a alegria de existir a partir da alegria de compreender, agir e progredir na proposta da cultura, e acrescenta : os professores não são confiáveis se eles mesmos não forem testemunhas de um desabrochar... O aluno tem necessidade de confiar em um adulto, em um certo adulto , em um professor ...”

As professoras, quando questionadas sobre as dificuldades enfrentadas na relação de conflito com os alunos responderam:

- *Diálogo com ênfase na necessidade de mudar o comportamento para melhor.*
- *Com diálogo, mostrando as conseqüências que pode causar uma briga e ou discussão. Faço com que os alunos pensem, reflitam sobre seus atos e tentem mudá-los.*

- *Procuo orientá-los quanto a realidade em que vivem, mostrando o outro lado: amizade carinho, amor e bondade.*
- *Dialogando, chamando o aluno e mostrando o que ele está fazendo está prejudicando ele e os colegas e interferindo na aprendizagem de todos.*
- *Procuo conversar com eles, mostrando que as vezes o motivo da briga é algo sem importância, a qual eles estão valorizando muito.*
- *Faço muita orientação, incentivando os alunos para que os mesmos tenham respeito mútuo.*
- *Sempre tento mostrar o lado bom e que a violência não vai levá-los a lugar nenhum.*

O diálogo é a expressão da humanidade que pressupõe o respeito mútuo. No contexto escolar, espaço de formação da autonomia, as relações estabelecidas devem ser pautadas no diálogo, e para que isso ocorra, há necessidade da superação da cultura do autoritarismo. Neste caso, as regras de convivência, tanto de sala de aula, quanto da escola como um todo, serão resultado de acordos de reciprocidade.

A publicização do conflito e a superação de uma falsa concepção de que temos que estar em harmonia é necessário para que o dialogo reflita uma situação de alteridade (ou seja, em que o outro fala porque é um ser humano com direitos iguais aos meus).

Considerando a relação professor - aluno como ponto mais delicado do processo, pois são as mais próximas e afetivas. A forma como o professor conduz sua aula, como lida com a auto – estima de seus alunos e como se compromete com o projeto educacional são fundamentais para a formação de sujeitos autônomos.

Numa proposta educacional progressista, o diálogo é fundamental, pois um dos objetivos essenciais da educação é fazer com que o aluno consiga exercer uma ação transformadora.

Na entrevista feita com professores das escolas municipais de Piraquara, todas as entrevistadas, apontaram o diálogo como alternativa para solução dos conflitos que aparecem no dia-a-dia das salas de aulas onde atuam:

- *Procuo chamar o aluno no canto e conversar particularmente para saber o que está acontecendo para que o mesmo esteja agindo dessa forma.*
- *Oriento os alunos, explico novamente sobre as regras existentes na escola, para todos os membros*

- *No início do ano procuro orientá-los que em cada local tem-se um comportamento e que nas ruas , no seu quarto você pode falar palavrões, xingar , desde que esteja sozinho, mas as pessoas não gostam de ouvir palavrões, muito menos os amigos em sala de aula . Isso faz com que acabe a graça de aparecer-se com essas atitudes, outras vezes as crianças nem sempre ficam sentadas mas devem manter a disciplina falando baixo e respeitando os amigos em sala de aula. Outras vezes pergunto: Você gosta que alguém bata em você ? Então porque voce está batendo?*
- *Procuro conversar bastante com os alunos*
- *Procuro chamar o aluno no canto e conversar particularmente para saber o que está acontecendo para que o mesmo esteja agindo dessa forma*
- *Oriento os alunos , explico novamente sobre as regras existentes na escola, para todos os membros*
- *Procuro conversar bastante com os alunos*

Porém os alunos ainda indicam a presença constante de outras formas de disciplinamento, como indica a tabela 03.

TABELA 08 : RESPOSTA DE ALUNOS DE 1ª A 4ª SÉRIE A QUESTÃO: AGORA ESCREVA O QUE VOCE NÃO GOSTA NA ESCOLA?

RESPOSTAS	Nº DE RESPOSTAS	PORCENTAGEM
<i>Brigas</i>	55	30,5
<i>Bagunça</i>	15	8,3
<i>Ir para a diretoria</i>	05	2,7
<i>Gritos</i>	45	25
<i>Desrespeito a professora</i>	12	6,6
<i>Ficar sem recreio</i>	19	10,5
<i>Quando os pais são chamados</i>	06	3,3
<i>Apelidos</i>	23	12,7

Fonte: Questionário aplicado aos alunos -2004

O fato de 30% das respostas indicam brigas como algo que os alunos não gostam, pode-se revelar o quanto há violência no cotidiano da escola também é contestado pelos professores:

- *Não tenho muitos problemas eu e os alunos, mas percebo o quanto as famílias necessitam de apoio para evitar a violência tanto em casa, quanto nas escolas, e nas ruas.*
- *A agressividade dos alunos assusta.*

- *Situações de falta de respeito entre os próprios alunos , agressividade.*
- *Não tem nenhuma situação que tive que enfrentar*
- *Caso “xxxxxxx” e “xxxxxx” (nomes de alunos)*
- *Não encontro tanto dificuldade em me relacionar com os alunos , alguma apenas se referem a indisciplina de alguns.*
- *Não tenho dificuldades no pedagógico, planejamento. Minha maior dificuldade é quando há alunos indisciplinados que tumultuam o bom andamento da turma*
- *Não tenho dificuldades em relação ao meu relacionamento com os alunos. Tenho relacionamento de muito respeito com os alunos e assim eles comigo.*
- *Não encontro grandes dificuldades, pois minha relação com os alunos é pautada através de muito diálogo, com eles e com os pais e ou responsáveis.*

Os professores de maneira geral, sob a influência dos discursos educacionais, indicam o diálogo como melhor alternativa, Conforme afirma TARDELI (2003), as instituições educacionais em seus momentos de reuniões pedagógicas também discutem estratégias diversificadas de ação, que abrem canais de participação para os diversos segmentos da escola, valorizando sempre a oportunidade de cada um de colocar a sua opinião, confrontá-la com outras, buscando-se uma melhor convivência. Tornou-se uma prática constante e necessária nas escolas o diálogo, porém nem sempre ele ocorre de maneira satisfatória e verdadeira.

O que muitas vezes o professor denomina de diálogo, de conversa com o aluno é, na verdade, muito mais próximo de dar ordens, impor conceitos. Vejamos duas situações que exemplificam abordagens diferentes:

1

“ No início do ano procuro procuro orientá-los que em cada local tem-se um comportamento e que nas ruas , no seu quarto você pode falar palavrões, xingar , desde que esteja sozinho, mas as pessoas não gostam de ouvir palavrões, muito menos os amigos em sala de aula . Isso faz com que acabe a graça de aparecer-se com essas atitudes, outras vezes as crianças nem sempre ficam sentadas mas devem manter a disciplina falando baixo e respeitando os amigos em sala de aula. Outras vezes pergunto: Você gosta que alguém bata em você ? Então porque voce está batendo ?”

2

- *Problematizando a situação , tentando resolver primeiramente entre eles.*

- *Primeiro ouço o que eles tem a dizer sobre a situação e procuro fazer com que os alunos reflitam sobre as atitudes que tomaram e tentem se entender novamente.*
- *Conversa frente a frente individual, coletiva e se for o caso mandar bilhetes aos pais (não esquecendo das regras estabelecidas pelo grupo no início do ano)*
- *Em primeiro lugar , procuro acalmá-los. Depois procuro resolver a situação, ver o porquê do conflito. Faço com que peçam desculpas. Em casos mais graves, assinam o livro de ocorrência.*

Nos depoimentos dos professores a escola, como instituição, toma os seguintes procedimentos:

- *Sempre tenta reverter a situação para melhor . A escola sempre “coloca” que são alunos muito bons e que cada dia eles podem ser melhores e que regras existem em todos os lugares e que eles tem que respeitar.*
- *A escola repassa aos alunos as regras . É feita muita orientação para que eles reflitam sobre suas atitudes e venham perceber que devem melhorar. Nesta escola o espaço físico é muito fechado , onde as portas saem na mesma direção, então o barulho atrapalha a sala de aula, tumultuando também outras salas . Isso faz com que a indisciplina ocorra com mais facilidade. As regras são claras , mas as vezes não são cumprida*

Conforme afirma TARDELI (2003), quando só um dos interlocutores tem a palavra, rompe-se com qualquer possibilidade de uma relação dialógica, pois para estabelecê-la é necessário expôr-se aos outros e acolhê-los em sua diferença, em sua especificidade, para a descoberta que enriquece e dignifica as pessoal.

Isto pode explicar porque os alunos quando perguntados sobre como a professora reage quando fazem bagunça, indicam a conversa como alternativa menos presente (11,6%) e as alternativas de severidade e gritos como as mais fortes do contexto escolar.

TABELA 09 : RESPOSTA DE ALUNOS DE 1ª A 4ª SÉRIE A QUESTÃO: COMO SUA PROFESSORA REAGE QUANDO A TURMA FAZ BAGUNÇA?

RESPOSTAS	Nº DE RESPOSTAS	PORCENTAGEM
<i>Conversa</i>	21	11,6
<i>Grita</i>	70	38,8
<i>Deixa sem recreio</i>	89	49,4

Fonte: Questionário aplicado aos alunos -2004

Finalmente quando os alunos foram perguntados a respeito das situações em que os pais são chamados a escola, a unanimidade das respostas nos mostra o quanto ainda temos que avançar na gestão democrática das escolas, “ Quando eu apronto”, a escola não tem encontrado os mecanismos para incentivar a participação efetiva dos pais no processo educacional.

TABELA 10: RESPOSTA DE ALUNOS DE 1ª A 4ª SÉRIE A QUESTÃO: EM QUE MOMENTO SEUS PAIS SÃO CHAMADOS A ESCOLA?

RESPOSTAS	Nº DE RESPOSTAS	PORCENTAGEM
<i>Festa</i>	27	15
<i>Reuniões</i>	35	19,4
<i>Quando eu apronto</i>	87	48,3
<i>Apresentação de trabalhos</i>	31	17,2

Fonte: Questionário aplicado aos alunos -2004

O elemento notado na descrição feita pelos alunos é o de que a gestão da escola com a participação direta do pais configura-se como um aspecto a ser construído, de um lado a escola reclama da ausência dos pais, dos outro as crianças vinculam a participação dos pais em situações específicas de “ indisciplina “ por parte dos alunos.

Diante de todas as situações apontadas neste trabalho é necessário apontar para a reestruturação do modelo escolar vigente, rever os fundamentos pedagógicos que sustentam a escola, principalmente considerar que, embora o papel fundamental da escola seja o trabalho com o conhecimento científico, este somente se dá por meio de contínuos processos de mediação entre professor e aluno, aluno entre si e os diversos atores que vivenciam o cotidiano das escolas, processos estes

que, entre outros componentes destacamos o respeito. Sem ele as relações serão implícita ou explicitamente coercitivas , despóticas e, por que não dizer, tiranas.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tem como objetivo contribuir com as discussões sobre a temática da violência, a qual é consequência de múltiplos fatores, principalmente a profunda desigualdade social .

A negação dos direitos fundamentais à maioria da população brasileira encontra explicação no modelo econômico e social excludente, que apresenta grandes disparidades quanto ao acesso da população aos bens sociais, caracterizando-se como uma sociedade que apresenta uma das piores distribuições de renda do mundo. A convivência dos indivíduos, em extrema desigualdade social, certamente é um dos fatores que muito contribuem para a degradação do comportamento humano.

O estudo envolveu a síntese dos resultados da implantação da Ouvidoria Pública que ocorreu no ano de 2003, através da Secretaria Municipal de Educação na tentativa de publicizar as denúncias de violação dos direitos da criança e adolescente e agir de forma mais significativa no combate a violação destes direitos. Foram também aplicados questionários a 180 crianças de duas escolas da rede pública.

Dessa maneira, pretende-se discutir sobre o papel da escola e do educador no processo de formação da criança , as relações estabelecidas no interior da instituição devem ser essencialmente de respeito. À luz da legislação, tais relações estão asseguradas, no entanto, a efetivação destes princípios através de ações concretas demandam a construção de uma nova postura de todos os atores da escola.

A discussão pauta-se na qualidade das relações estabelecidas no cotidiano escolar e trata do respeito muito mais do que direito a ser conquistado, mas como princípio ético norteador da construção de um ambiente de formação humana. Segundo SOUZA (1997), "O espaço escolar é palco de uma gama de relações que se estabelecem entre as pessoas e são tais relações: professor-aluno e família-escola permeiam e configuram o sucesso ou o fracasso escolar".

Na vida diária escolar os afetos se entrelaçam na complexa rede de relações institucionais. Isto é, no dia-a-dia do funcionamento da escola se confrontam diferentes indivíduos com suas histórias de vida, com suas concepções de mundo, cada qual com seus objetivos e intenções. Estes encontros e desencontros - o conjunto das diferentes ações e reflexões daqueles que participam desse funcionamento escolar - propiciam novas relações, que produzem o sucesso ou o fracasso no processo ensino-aprendizagem.

As entrevistas mostraram que, embora, nos discursos o diálogo tenha sido o encaminhamento mais utilizado para resolver situações de conflito, permanecem na percepção dos alunos muitas práticas equivocadas e anti-democráticas.

É preciso que trabalhem um novo formato de prática pedagógica, em que a escola passe a ser, de fato, local de aprendizagem, de uma nova cultura, a da aprovação e da formação da cidadania, entendida como a materialização dos direitos sociais a todos os cidadãos.

Neste sentido o papel do professor, como agente da construção da cultura do respeito é essencial, como afirma Vasconcellos (1997):

Acreditamos profundamente no professor; hoje ele pode ter um papel revolucionário (ainda que correndo o risco, ao afirmarmos isto, de sermos chamados de 'jurássicos', de utópicos). Esta onda neoliberal, que está aí quebrando todas as esperanças, tem muitos interesses não explicitados. O professor lida sim com a esperança, com a utopia; isto faz parte da essência do seu próprio trabalho."

Para tratarmos sobre papel do professor no processo de construção de relações éticas e de respeito, é importante retomar que este tem a obrigação de exercer autoridade sobre o processo educativo, entretanto é necessário discutir o conceito de autoridade pois , segundo Vasconcellos (1997):

"Sem autoridade não se faz educação; o aluno precisa dela, seja para se orientar, seja para poder opor-se (o conflito com a autoridade é normal, especialmente no adolescente), no processo de constituição de sua personalidade. O que se critica é o autoritarismo, que é a negação da verdadeira autoridade, pois se baseia na coisificação, na domesticação do outro." (P.37)

O trabalho não teve a intenção de culpabilizar os atores do processo educativo, professores, funcionários e pais, pois a culpa ieva ao julgamento e à atitude de defesa, de transferência, e a preocupação maior acaba ficando em achar

o culpado e não em resolver o problema e o compromisso de todos deve ser com a superação. Pelo contrário, o presente trabalho propõe a reflexão sobre as práticas naturalizadas na escola e que precisam ser questionadas na direção de uma cultura democrática e de respeito ao direito de todos de serem respeitados .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. *Violência: Um retrato em branco e preto*. São Paulo. 1994
- ABRAGNAMO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, 1999
- AQUINO, Julio Groppa. *Autoridade e Autonomia na escola: Alternativas e práticas*. 2 ed. São Paulo: Sumus, 1999.
- _____. *Do cotidiano Escolar: ensaios sobre ética e seus avessos*. 2 ed São Paulo: Sumus, 2000.
- ARENDT Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 5 ed . São Paulo: Perspectiva
- BOBBIO Norberto. *Estado Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987
- CEDES, Políticas Públicas e Educação nº. 55, nov. 2001
- CHAUI, Marilena . *Convite a Filosofia*. São Paulo: Ática, 1985.
- COSTA, Jurandir Freire. Descaminhos do Caráter. Folha de S. Paulo, 27/07/ 99
- EDUCAÇÃO E PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação USP V. 27/ 2001
- LA TAILLE, Yves. A gênese da noção de Segredo da Criança. Psicologia: Teoria e Prática. Brasília v 12 Nº 13 1996
- LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. ADRIÃO, Theresa (orgs). *A Organização do ensino no Brasil – Níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo, 2002.
- PARO, Vitor Henrique. *Reprovação Escolar - Renúncia a Educação*, São Paulo, 2001
- SENNETT . R. *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988
- SNYDERS, Georges . *Alunos Felizes: Reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TARDELI, Denise D 'Aurea. *O respeito em sala de aula*. São Paulo 2003 Vozes
- VASCONCELLOS, Celso. *Disciplina: Construção da disciplina Consciente e interativa em sala de aula e na escola*. 9 ed. São Paulo: Libertad 2002
- _____. *Série Idéias n. 28*. São Paulo: FDE, 1997. Páginas: 253-26



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

Nº 2453

**REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
EM SITUAÇÃO DE RISCO PARA A VIOLÊNCIA**

1º N° Unidade Notificadora
2º N° Notificação Obrigatória

DADOS DA CRIANÇA / ADOLESCENTE

3 Nome: _____

4 Data de Nasc. / / 5 Idade: 6 Sexo: Masc. Fem.

7 Escolaridade: Nenhuma Creche/Pré-Escola Série: Nível de Ensino: Fora da Escola

8 Filiação: Mãe: _____ Pai: _____

9 Mora com: Pai Mãe Irmãos Outros, quem?

10 Endereço da criança/adolescente: _____ 11 Bairro: _____

12 Vila/Conjunto: _____ 13 Município: _____

14 Ponto de Referência:/Entre ruas: _____

DADOS DA OCORRÊNCIA

15 Descrição do Ocorrido / Motivo da Suspeita 16 Data do Ocorrido: / / 17 Data da Avaliação pela Unidade: / /

18 Tipo de Violência/Suspeita
1- Agressão Física 2- Agressão Sexual 3- Agressão Psicológica 4- Negligência 5- Abandono

19 Natureza da Violência/Suspeita: Doméstica Extra Familiar

20 Local/Ocorrência Extra-Familiar: Via Pública Instituição:

Outro/Qual? 21 Bairro da Ocorrência Extra-Familiar: _____

22 Tipo de Lesão/Partes do Corpo Afetadas Sem Lesão Aparente

	Cabeça	Pescoço	Tórax	Abdomem	Dorso	Re.Genital	Nádegas	Memb. Sup.	Memb. Inf.	Outro/Qual?
Corte										
Hematoma										
Fraturas										
Queimaduras										
Outros										

23 Sem Lesão aparente: _____

24 Quantas Vezes foi Observada a Agressão? Primeira vez Várias Vezes Quantas:

25 Houve Notificação Anterior pela Unidade: Sim Não Outros:

DADOS DO PROVÁVEL AGENTE VIOLADOR

26 Relação c/a Cc./Adolescente Desc. Pai Mãe Outro, Especificar:

27 Nome: _____ Ign. Idade Sexo

28 O Suspeito é Usuário de Álcool/Drogas? Ignorado Não Sim, qual?

29 Endereço: _____ 30 Bairro: _____ 31 Município: _____

GRAVIDADE DO CASO

32 Grau Leve Moderado Grave OBS: CONSIDERAR A VÍTIMA+A FAMÍLIA+A LESÃO+O AGRESSOR

PROCEDIMENTOS

33 Procedimentos Efetuados de Acordo c/ a Gravidade do Caso:

1 () Internamento Hospitalar 2 () Solicitação Imediata da Presença da Família

3 () Encaminhamento à Delegacia de Polícia 4 () Orientação aos pais ou responsáveis

5 () Agendamento da Visita Domiciliar 6 () Inclusão da Criança ou adolescente em atividade de contraturno, Qua?

7 () Encam. da Família Para Atividades 8 () Encaminhamento da Família Para Programas de Assistência Social. Qual?

9 () Outros _____

34 Unidade Notificadora: _____ 35 Telefone: _____ 36 Ficha Enviada em: / /

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Capítulo I I - Das Infrações Administrativas

Art. 245 - Deixar o médico, professor, ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche de comunicar a autoridade competente os casos que tenha conhecimento. Envovendo suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente: PENA: Multa de três a vinte salários mínimos de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Entrevista com a equipe diretiva :

- 1) Quais as maiores dificuldades que você enfrenta nas questões referentes relação professor -aluno ?
- 2) Como você costuma agir em situações de conflito entre professores e alunos ?
- 3) Dos direitos assegurados no Estatuto da Criança e Adolescente. Qual você acha que é mais constantemente violado ??
- 4) Cite alguma situação que você teve que enfrentar e quer mais lhe marcou no cotidiano escolar ?
- 5) Como você analisa a relação do corpo docente e demais funcionários com as crianças ?
- 6) Qual é o papel da família na resolução de conflitos ?

Levar os professores a organizar o processo de ensino-aprendizagem tendo sempre em vista um resultado, dentro da realidade do cotidiano da sala de aula, partindo sempre de ideias, com visões voltadas para a resolução do(s) problemas.

• Efetivar ações, atitudes, regras, limites numa relação, coerente com direção coletiva, num processo significativo, onde tenha realmente participação dos alunos com poder de decisão e não apenas de sugestões, para atingir resultados esperados.

→ Analisar a prática, baseado do P.P.P. da Jomar, para ter ciência do caminho que tem que percorrer para chegar ao ideal esperado, buscando possibilidades e quais são os limites para seus objetivos.

Levar prof^º x aluno a analisarem com atenção as ações, atitudes, regras e rotinas, que foram construídas em sala, se estão praticando democraticamente e se os conteúdos trabalhados tem função social e os mesmos foram compreendido por todos os alunos da turma

• Reconhecimento do ser humano, seja na família ou por qualquer instituição, como sujeito.

Dentro das relações ainda existem conceitos sobre educação preestabelecidos. Eles são antigos, de realidades que não existem mais. Eles não resolvem problemas da realidade que convivemos nos dias de hoje

Entrevista com professores

Nome (opcional): Sônia Santos

Série: 4ª Série

- 1) Quais as maiores dificuldades que você enfrenta nas questões referentes a sua relação com os alunos?
- 2) Como você costuma agir em situações de conflito entre alunos?
- 3) Quais atitudes você costuma tomar com alunos indisciplinados?
- 4) Cite alguma situação que você teve que enfrentar e que mais lhe marcou no cotidiano escolar?
- 5) Como a escola age, em relação a indisciplina das crianças? As regras existentes são claras?
- 6) Como você acha que o ECA pode auxiliar na resolução de conflitos na escola?

1) Não encontro tanta dificuldade em me relacionar com os alunos, alguma apenas se referem a indisciplina de alguns.

2) Procuro conversar com eles, me tornando que as vezes motivo da briga é algo si importância, a qual eles tão valorizando muito.

3) Converso, tento ser amiga deles, porque assim mais fácil q' me ouvem.

4) Um caso de uma aluna de comportamento muito ~~faltosa~~ difícil, e também muito faltosa, cuja a mãe me agrediu verbalmente, dizendo que eu não gostava de sua filha e a mesma via reprová-la por isso, porque eu a estava perseguindo.

5) A escola procura na medida do possível fazer cumprir regras existentes na escola, embora as vezes não consegue pois pq' que isso acontece é necessário a colaboração "todos".

6) Esclarecendo a todos (Pais, alunos, professores) q' a escola tem direitos, mas também necessita cumprir alguns deveres.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRAQUARA

OUVIDORIA

Nome do reclamante: _____
Endereço: _____ Fone: _____
Instituição: _____
Direção: Irma m. Antigas
Data: 27/11/03 Meio: telefone
Atendido por: Rubian

Detalhamento:

A avó de um aluno da 3ª série reclama que seu neto, após o recreio, é retirado da sala para frequentar o "reforço". Quando ele volta para sala a professora passou outras tarefas, as quais ele "perde". Elogia a atual professora, mas afirma que a responsável pela aprendizagem "fraca" do aluno é a professora anterior: Dione. Esta rasgava folhas do caderno e passava várias folhas de cópia no caderno de caligrafia e ainda dizia a ele que não importava se fizesse "bolhas" nos dedos.

Encaminhamento:

Repassado a diretora da escola para averiguar o caso e tomar as providências necessárias. Aguardamos retorno. Rubian infante.
01/12/03

Entrevista com alunos:

Série: 2ª A

1- Escreva três coisas que você mais gosta na escola?

ver a professora
brincar
jogar bola

2- Agora escreva três coisas que acontecem na escola e que você não gosta?

quando a professora briga com a gente
quando eu me machuca
quando eu corro um mês

3- Quais as pessoas que você se relaciona bem na escolas ?

com os meninos
com meus amigos
com a professora

4- Como sua professora reage quando a turma faz muita bagunça ?

chama bem mais a atenção
briga com a gente
quando fazemos muito barulho
abrimos o livro

5- Você colabora para que as aulas sejam legais?

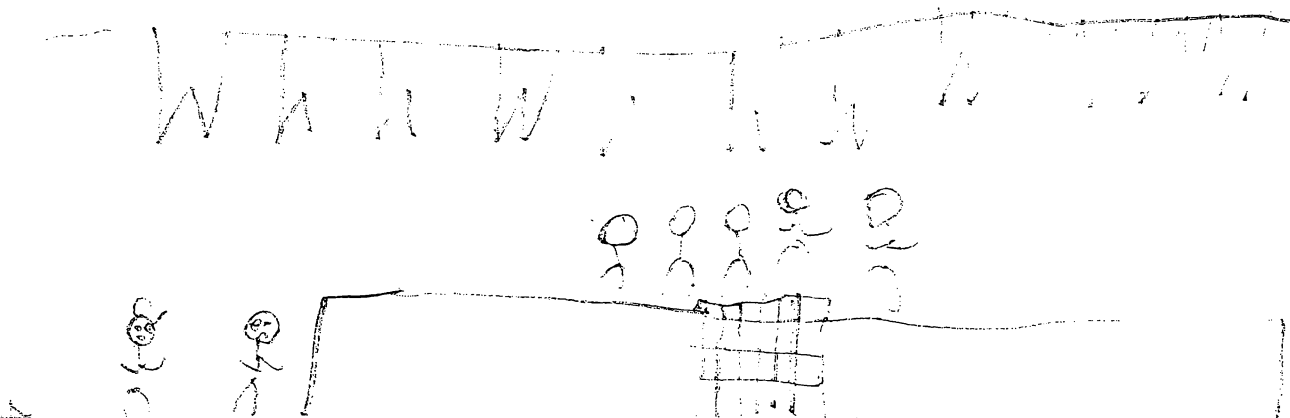
eu coloco as minhas ideias

6- Em que momento seus pais são chamados à escola ?

quando eu brigo
quando eu estou com a professora
quando eu não estudo

7- Desenhe:

Uma situação que te deixou muito feliz e que ocorreu na escola?



Esta semana

Uma situação que te deixou triste e que ocorreu na escola ?



09) Coloque seu nome se quiser: _____

Entrevista com alunos:

Série: 4^oC

1- Escreva três coisas que você mais gosta na escola?

Fazer lição, fazer jogos e o lanche

2- Agora escreva três coisas que acontecem na escola e que você não gosta?

Briga, quando falam palavrão, e quando jogam pedras

3- Quais as pessoas que você se relaciona bem na escolas ?

Cristiane, Gerson, Kelvin, Jerson Franca, Leonardo, Lucas Professora

4- Como sua professora reage quando a turma faz muita bagunça ?

Manda sentar, grita, manda escrever a lista de ocorrências

5- Você colabora para que as aulas sejam legais?

Sim

6- Em que momento seus pais são chamados à escola ?

Quando faz muita bagunça

7- Desenhe:

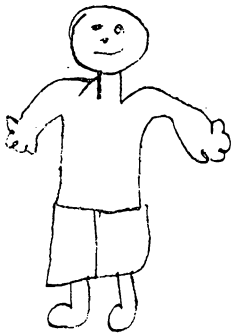
Uma situação que te deixou muito feliz e que ocorreu na escola?

FESTA



Uma situação que te deixou triste e que ocorreu na escola ?

Quando Brigaram



09) Coloque seu nome se quiser:

Laurence

Bryan Gustavo Alves

Entrevista com alunos:

Série:

1- Escreva três coisas que você mais gosta na escola?

FU GOSTO DE FAZER LIÇÃO E
QUANDO A PROFESSORA CONTA HISTÓRIA
E DE IR PARA O RECREIO.

2- Agora escreva três coisas que acontecem na escola e que você não gosta?

DE BRIGA E QUANDO ELES CAI
E QUANDO OS ALUNOS DESRESPEITAM
A PROFESSORA.

3- Quais as pessoas que você se relaciona bem na escolas ?

A ANDREZA, A LETICIA E A ADRIELI.

4- Como sua professora reage quando a turma faz muita bagunça ?

CHAMA ATENÇÃO E QUANDO ELE FAZ
MAS BAGUNÇA ELA GRITA.

5- Você colabora para que as aulas sejam legais?

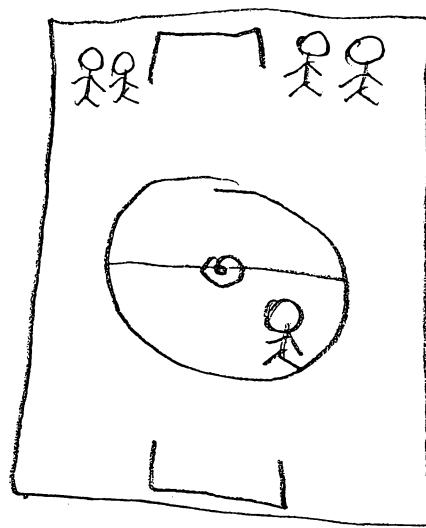
SIM

6- Em que momento seus pais são chamados à escola ?

QUANDO OS ALUNOS BRIGA OS PAIS VEM
E QUANDO TEM REUNIÃO OU APRESENTAÇÃO.

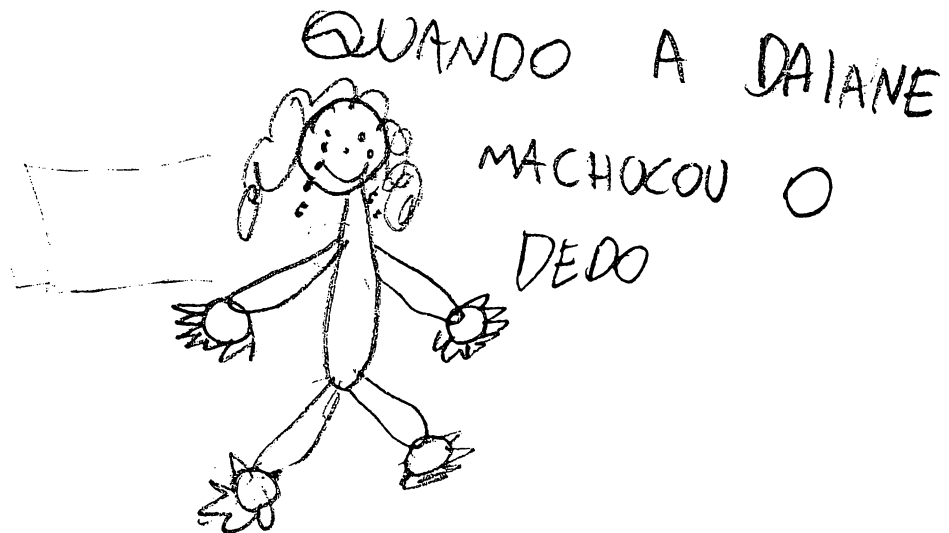
7- Desenhe:

Uma situação que te deixou muito feliz e que ocorreu na escola?



A JINCAVA

Uma situação que te deixou triste e que ocorreu na escola ?



09) Coloque seu nome se quiser: AMANDA CRISTINE JAZ DE OLIVEIRA

Entrevista com alunos:

Série: 3ª série

1- Escreva três coisas que você mais gosta na escola?

Escrever
brincar na cancha
as aulas de Educação Física

2- Agora escreva três coisas que acontecem na escola e que você não gosta?

brigar
xingar as professoras
brincar de lulinha

3- Quais as pessoas que você se relaciona bem na escolas ?

Professoras
as colegas
merendeira

4- Como sua professora reage quando a turma faz muita bagunça ?

briga, deixa sem receber, deixa do lado da mesa

5- Você colabora para que as aulas sejam legais?

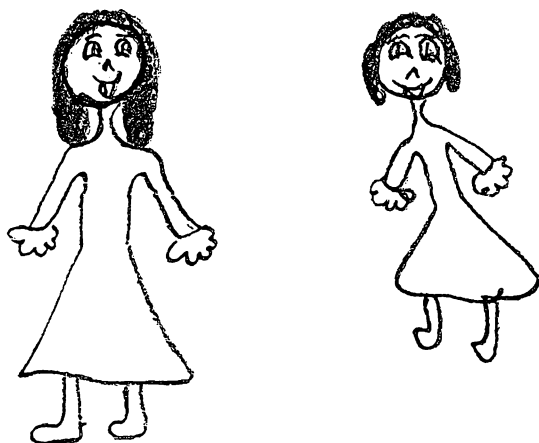
As vezes não, porque eu não quero fazer as lições

6- Em que momento seus pais são chamados à escola ?

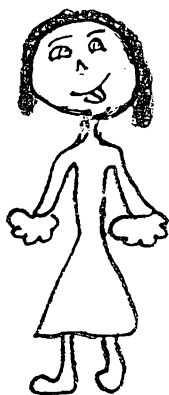
as reuniões para falar como está na escola

7- Desenhe:

Uma situação que te deixou muito feliz e que ocorreu na escola?



Uma situação que te deixou triste e que ocorreu na escola ?



09) Coloque seu nome se quiser: Franciele Sarias Machado